



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

**ATA DA 164ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA
TÉCNICA PERMANENTE DE ASSUNTOS JURÍDICOS.**

Aos vinte e nove dias do mês de novembro de dois mil e dezoito, realizou-se a 164ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Permanente de Assuntos Jurídicos, do Conselho Estadual de Meio Ambiente, na sede da SEMA, situada na Av. Borges de Medeiros, 261, 14º andar – sala de reuniões do Gabinete SEMA, nesta Capital, com início às 14h e com a presença dos seguintes Conselheiros: Sra. Luisa Falkenberger, representante da FIERGS; Sra. Egbert Scheid Mallmann, representante da FEPAM; Sr. Christian R. Cunha, representante da Secretaria da Segurança Pública (SSP); Sra. Marion Heinrich, representante da FAMURS; Sra. Valquiria Chaves da Silva, representante da Secretaria de Minas e Energia (SME); Sr. Cassio Alberto, representante dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH); Sr. Cláudia Ribeiro, representante da MIRA-SERRA; Sra. Maria Patrícia Mollmann, representante da Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA), Sr. Luis Fernando Pires, representante da FARSUL e Sr. Guilherme Velter Junior representante da FETAG. Também participou da reunião: Sra. Grace Martins/CBH e Claudio Dilda/SEMA. A Presidente iniciou a reunião às 14h16min, constatando a existência de quórum deu início aos trabalhos. **Passou-se ao 1º item de pauta: Comunicações:** Maria Patrícia Mollmann-Presidente/SEMA apresenta prestação de contas dos recursos arrecadados e os números da dívida ativa na FEPAM do ano de 2018, e demonstra a ampliação de resultados neste último ano de trabalho. Em seguida Maria Patrícia/SEMA juntamente com os componentes da Câmara estuda o Decreto nº 53202/2016, onde constroem algumas propostas de alterações que serão encaminhadas a Casa Civil (conforme documento que segue em anexo). Manifestaram-se com contribuições, questionamentos e esclarecimentos, os seguintes representantes: Maria Patrícia/SEMA, Luisa/FIERGS, Marion/FAMURS, Claudio Dilda/SEMA, Guilherme/FETAG e Luís Fernando/FARSUL. **Passou-se ao 2º item de pauta: Aprovação das atas da 18ª Reunião Extraordinária e 163ª Reunião Ordinária:** Maria Patrícia-Presidente/SEMA coloca em apreciação as atas que haviam sido encaminhadas junto com a convocação desta reunião. Não havendo manifestações colocadas em votação. APROVADAS POR UNANIMIDADE. **Passou-se ao 3º item de pauta: Eleição Presidência CTP-AJU:** Maria Patrícia/SEMA informa sobre o término do mandato, os componentes sugerem a recondução da Presidência. Colocada em votação: APROVADA POR UNANIMIDADE a recondução de Maria Patrícia/SEMA à presidência da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. **Passou-se ao 4º item de pauta: Calendário 2019 – conforme anexo:** Esta Câmara Técnica aprecia a proposta de calendário de reuniões 2019, não havendo manifestações é colocado em votação: APROVADO POR UNANIMIDADE. **Passou-se ao 5º item de pauta: Recursos Administrativos nº 10058-05.00/16-7 e nº 003581-05.67/12-4:** Cassio/CBH apresenta seu parecer do processo nº10058-05.00/16-7 que segue em anexo a esta ata. Maria Patrícia-Presidente/SEMA coloca este parecer em votação: APROVADO POR UNANIMIDADE o reconhecimento do parecer dos Comitês de Bacias Hidrográficas. Em seguida Marion/FAMURS apresenta seu parecer do processo de nº003581-05.67/12-4 que segue em anexo a esta ata. Maria Patrícia-Presidente/SEMA coloca este parecer em votação: APROVADO POR UNANIMIDADE o reconhecimento do parecer da FAMURS. **Passou-se ao 6º item de pauta: Ata CAOMA:** Maria Patrícia-Presidente/SEMA, apresenta ata de reunião CAOMA que solicita: “item d) que o CONSEMA discuta, para de algum modo, torne claro, seja em resolução, seja nos convênios de delegação de competência, a inclusão, tendo em conta o princípio da especialidade, das hipóteses de autorização de supressão nos casos de utilidade pública e interesse social previstas na Lei da Mata Atlântica, e não na lei nº 12.651/2012.” Fica definido que esta Câmara discutirá este tema nas próximas reuniões. Manifestaram-se com contribuições, questionamentos e esclarecimentos, os seguintes representantes: Maria Patrícia Mollmann-Presidente/SEMA; Marion/FAMURS, Luis Fernando/FARSUL, Luisa/FIERGS. **Passou-se ao 6º item de pauta: Assuntos Gerais:** Não havendo nada mais a ser tratado encerrou-se a reunião às 16h35min.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Gabinete de Consultoria Legislativa

DECRETO Nº 53.202, DE 26 DE SETEMBRO DE 2016.
(publicado no DOE n.º 184, de 27 de setembro de 2016)

Regulamenta os arts. 99 a 119 da Lei nº [11.520](#), de 3 de agosto de 2000, e os arts. 35 a 37 da Lei nº [10.350](#), de 30 de dezembro de 1994, e dispõe sobre as infrações e as sanções administrativas aplicáveis às condutas e às atividades lesivas ao meio ambiente estabelecendo o seu procedimento administrativo no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, inciso V, da Constituição do Estado,

considerando que a Constituição Federal impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e de preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, não só para as atuais como também para as futuras gerações;

considerando o princípio da indisponibilidade do meio ambiente, sendo patrimônio público e de uso comum do povo a ser necessariamente assegurado e protegido;

considerando que o procedimento administrativo ambiental é um importante instrumento na proteção e na recuperação do meio ambiente à disposição do Poder Público para o cumprimento dos ditames e das atribuições estabelecidas no arcabouço legal;

considerando que as condutas e as atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitam os infratores, as pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados;

considerando a obrigatoriedade do Poder Público em defender e em preservar o meio ambiente, mister se faz aperfeiçoar e aprimorar a ação estatal no combate aos ilícitos ambientais;

considerando que a atuação estatal no desiderato de sua atribuição constitucional deve ser pautada no devido processo legal administrativo concernente tanto à forma quanto ao conteúdo das decisões administrativas e por ele se garante a certeza do cumprimento do dever público como assegurado ao particular o atendimento dos princípios insculpidos na Constituição Federal garantidores dos direitos fundamentais como o direito à ampla defesa, ao contraditório, ao juízo objetivo, motivado prévia e naturalmente identificado; e

considerando a necessidade de consolidação da legislação aplicável às condutas e às atividades lesivas ao meio ambiente, bem como de uniformização de procedimentos no processo administrativo ambiental,

DECRETA:

<http://www.al.rs.gov.br/legis>

CAPÍTULO I
DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS AMBIENTAIS

Seção I
Das Disposições Gerais

Art. 1º Para fins previstos neste Decreto, entende-se por:

I - infração administrativa ambiental: toda ação ou omissão que violar as regras jurídicas de uso, de gozo, de promoção, de proteção e de recuperação do meio ambiente, conforme o disposto na Seção III deste Capítulo; e

II – infrator: pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, que viole as regras jurídicas de uso, de gozo, de promoção, de proteção e de recuperação ambiental.

Parágrafo único. O rol constante da Seção III deste Capítulo não exclui a previsão de outras infrações ambientais constantes no sistema normativo legal.

Art. 2º As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa simples;

III - multa diária;

IV - apreensão dos animais, dos produtos e dos subprodutos da fauna e da flora, dos instrumentos, dos petrechos, dos equipamentos ou dos veículos de qualquer natureza utilizados na infração, com posterior destinação, destruição ou inutilização;

V - suspensão de venda e de fabricação do produto;

VI - embargo de obra ou de atividade e as suas respectivas áreas;

VII - demolição de obra;

VIII - suspensão parcial ou total das atividades;

IX – medidas restritivas de direitos; e

X – embargo definitivo das atividades que utilizem recursos hídricos.

Parágrafo único. Os valores estabelecidos na Seção III deste Capítulo, quando não disposto de forma diversa, referem-se à multa simples e não impedem a aplicação cumulativa das demais sanções previstas neste Decreto.

Art. 3º O agente autuante, ao lavrar o Auto de Infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando:

I – a gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e as suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

II – os antecedentes do infrator, quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental;

III - as circunstâncias atenuantes e agravantes;

IV – a situação econômica do infrator.

Parágrafo único. As sanções aplicadas pelo agente autuante estarão sujeitas à confirmação pela autoridade julgadora no decorrer do procedimento administrativo.

Art. 4º Para o efeito do disposto no inciso III do art. 3º deste Decreto, são atenuantes as seguintes circunstâncias:

I - menor grau de compreensão e de escolaridade do infrator;

- II - arrependimento eficaz do infrator antes da constatação da infração, manifestado pela espontânea reparação do dano ou da limitação da degradação ambiental causada;
- III - comunicação imediata do infrator às autoridades competentes sobre o perigo iminente de degradação ambiental; e
- IV - colaboração com os agentes encarregados da fiscalização e do controle ambiental.

Art. 5º São agravantes, para o efeito do disposto no inciso III do art. 3º deste Decreto, quando não constituírem ou qualificarem a infração, as seguintes circunstâncias:

- I - a reincidência;
- II – a extensão e a gravidade da degradação ambiental
- III – a infração causar danos permanentes à saúde humana;
- IV – a infração atingir grande número de vidas humanas, direitos difusos ou transindividuais;
- V – a infração atingir área sob proteção legal;
- I – a infração ocorrer em unidade de conservação;
- VII – o autor da infração impedir, causar dificuldades ou embaraço à fiscalização;
- VIII – o autor da infração se utilizar da condição de agente público para a prática de infração;
- IX– o autor da infração tentar se eximir da responsabilidade, atribuindo a causa do dano a outrem; e
- X – a infração atingir espécies da flora e da fauna raras, endêmicas, vulneráveis ou em perigo de extinção.

Art. 6º Quando lavrado mais de um Auto de Infração em relação a uma única atividade ou conduta lesiva ao meio ambiente por autoridades diferentes, prevalecerá aquele expedido pela competente por licenciar ou gerir a atividade, perante a qual deverá seguir o expediente administrativo, arquivando-se o outro.

Subseção I Da Advertência

Art. 7º A sanção de advertência poderá ser aplicada às infrações administrativas de menor potencial lesivo ao meio ambiente, mediante a lavratura de Auto de Infração, garantido o atendimento dos princípios do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório.

§ 1º São consideradas infrações administrativas de menor potencial lesivo ao meio ambiente aquelas em que a multa máxima cominada não ultrapassar o valor estabelecido no art. 2º da Lei nº [9.298](#), de 9 de setembro de 1991, com redação dada pela Lei nº [10.044](#), de 29 de dezembro de 1993, ou que, no caso de multa por unidade de medida, a multa aplicável não exceder ao valor referido.

§ 2º A multa aplicada que não ultrapassar o valor estabelecido no art. 2º da Lei nº [9.298](#), de 9 de setembro de 1991, com redação dada pela Lei nº [10.044](#), de 29 de dezembro de 1993, poderá ser substituída pela penalidade de advertência, desde que o autor não seja reincidente.

§ 3º Sem prejuízo do disposto no “caput” deste artigo, caso a autoridade constate a existência de irregularidades a serem sanadas nas infrações de baixo potencial lesivo, deverá lavar o Auto de Infração com a indicação da sanção de advertência e estabelecer prazo para que o infrator possa sanar as apontadas irregularidades.

§ 4º Sanadas as irregularidades no prazo concedido, a autoridade deverá certificar o ocorrido nos autos e dar seguimento ao procedimento estabelecido no Capítulo II deste Decreto para a imposição da penalidade de advertência.

§ 5º Caso o autuado não sane as irregularidades, a autoridade deverá certificar o ocorrido e aplicar a sanção de multa relativa à infração praticada, independentemente da advertência, seguindo o procedimento conforme estabelecido no Capítulo II deste Decreto para a imposição das penalidades.

Art. 8º A sanção de advertência não exclui a aplicação de outras sanções ou medidas administrativas.

Art. 9º É vedada a aplicação de advertência a infratores reincidentes.

Subseção II Das Multas

Art. 10. As multas poderão ser cominadas por ato praticado ou poderão ter por base a unidade, o hectare, o metro cúbico, o quilograma, o metro de carvão-mdc, o estéreo, o metro quadrado, a dúzia, o estipe, o cento, os milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o bem jurídico envolvido.

Parágrafo único. O órgão ambiental competente poderá especificar a unidade de medida aplicável a cada espécie de bem ambiental objeto da infração.

Art. 11. O valor das multas às quais se refere este Decreto será corrigido, periodicamente, com base nos índices estabelecidos na legislação pertinente, sendo o mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais) e o máximo de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

Art. 12. As multas previstas neste Decreto têm a seguinte classificação:

I - multa de valor fixo: aquelas com valor único definido no próprio artigo;

II - multa de valor indicado: aquelas com valor a ser estabelecido por cálculo descrito no próprio artigo;

III - multa aberta para os empreendimentos ou atividades que não sejam classificados por porte e por potencial poluidor: aquela que prevê um valor mínimo e um valor máximo, o qual deve ser fixado consoante à gravidade do fato e às circunstâncias atenuantes e agravantes.

IV - multa aberta para os empreendimentos ou atividades que sejam classificados por porte e por potencial poluidor: aquelas com indicação de valor mínimo e de valor máximo, o qual deve ser fixado consoante à gravidade do fato, do porte e do potencial poluidor, bem como das circunstâncias atenuantes e agravantes; e

V - multa diária: aplicável quando a infração for cometida de forma contínua.

Parágrafo único. As multas abertas a que se refere o inciso III deste artigo poderão ser graduadas conforme a gravidade do fato, as circunstâncias atenuantes e agravantes, sendo inaplicável para as multas de valor fixo e de valor indicado.

Art. 13. As circunstâncias qualificadoras são aquelas descritas expressamente nos dispositivos deste Decreto e que não constituem por si só uma infração, mas quando presentes cominam uma pena mais severa.

Parágrafo único. As circunstâncias qualificadoras são aplicáveis em qualquer tipo de multa, podendo elevar a cominação a valor superior ao máximo previsto no artigo.

Art. 14. Para as multas abertas, o órgão ambiental competente estabelecerá os critérios para a determinação do valor inicial de acordo com a gravidade dos danos, em consonância com o disposto no art. 11 deste Decreto.

Parágrafo único. Nas multas abertas aplicáveis às infrações relativas às atividades e aos empreendimentos que não sejam classificadas por porte e por potencial poluidor, poderá o órgão ambiental graduar o valor inicial consoante à gravidade do fato e às circunstâncias agravantes e atenuantes.

Art. 15. Estabelecido o valor inicial das multas abertas, consoante o art. 14 deste Decreto, o valor final será graduado conforme as circunstâncias atenuantes e agravantes.

§ 1º Na individualização da pena, as circunstâncias atenuantes e agravantes poderão ser dosadas de forma diferenciada, desde que previamente estabelecido pelo órgão ambiental competente, podendo algumas circunstâncias atenuar ou agravar a multa em maior proporção que outras.

§ 2º A incidência de todas as circunstâncias agravantes, com seus respectivos pesos previamente estabelecidos, deverá resultar na aplicação da multa em seu valor máximo.

§ 3º A incidência de circunstâncias atenuantes, de acordo com seus respectivos pesos previamente estabelecidos, deverá resultar na redução do valor final da multa.

Art. 16. A multa diária será aplicada para as infrações cometidas em caráter continuado, as quais se materializam com a sucessiva prática e repetição de diversas ações da mesma espécie que, por circunstâncias próprias, denotam uma unidade infracional.

§ 1º Não se aplicará multa diária às infrações praticadas em caráter permanente, que são aquelas cometidas uma única vez e cujos efeitos danosos se propagam no tempo.

§ 2º Constatada a situação prevista no “caput” deste artigo, a autoridade autuante deverá lavrar o Auto de Infração indicando os dispositivos legais infringidos e, se incidente, o valor da multa-dia.

§ 3º O valor da multa diária deverá ser fixado de acordo com os critérios estabelecidos neste Decreto, não podendo ser inferior ao mínimo estabelecido no art. 11, nem superior a dez por cento do valor da multa máxima cominada para a infração.

§ 4º A multa diária deixará de ser aplicada a partir da data em que o autuado apresentar ao órgão ambiental competente os documentos que comprovem a cessação da prática infracional.

§ 5º Caso a autoridade autuante verifique que a infração praticada em caráter continuado não cessou, a multa diária voltará a ser imposta desde a data em que deixou de ser aplicada, sendo notificado o autuado, sem prejuízo da adoção de outras sanções e medidas administrativas previstas neste Decreto.

§ 6º Por ocasião do julgamento do Auto de Infração, a autoridade ambiental deverá, em caso de procedência da autuação, confirmar ou modificar o valor da multa diária, decidir o período de sua aplicação e consolidar o montante devido pelo autuado para a posterior execução.

§ 7º A cessação da infração praticada em caráter continuado, a celebração de Termo de Compromisso Ambiental ou o julgamento final do Auto de Infração, encerrará a contagem da multa diária, devendo ser adotadas, nesse último caso, medidas administrativas ou judiciais para a cessação da infração continuada.

Art. 17. O cometimento de nova infração ambiental pelo mesmo infrator, no período de três anos contados do trânsito em julgado de decisão administrativa referente à infração anterior, caracterizará a reincidência, a qual se constitui em uma das circunstâncias qualificadoras, e acarreta:

- I - aplicação da multa em triplo, no caso de cometimento da mesma infração;
- II - aplicação da multa em dobro, no caso de cometimento de infração distinta; e
- III - aplicação da multa em dobro, para qualquer das hipóteses dos incisos I e II deste artigo, quando as infrações referirem-se às normas de proteção de recursos hídricos.

§ 1º O agravamento será averiguado no procedimento de apuração da nova infração, no qual deverá constar, por registro eletrônico ou por cópia, o Auto de Infração anterior, bem como a decisão administrativa que o confirmou.

§ 2º Antes do julgamento da nova infração apurada, a autoridade julgadora deverá verificar a existência de Auto de Infração anterior, confirmado em julgamento para fins de aplicação do agravamento da nova penalidade e da caracterização da reincidência.

§ 3º Constatada a existência de Auto de Infração anterior confirmado por decisão administrativa, a autoridade julgadora deverá:

- a) agravar a pena conforme disposto no “caput” deste artigo;
- b) notificar o autuado para que se manifeste sobre o agravamento da penalidade no prazo mínimo de vinte dias; APROVADO
- c) julgar a nova infração considerando a manifestação do autuado e o agravamento da penalidade.

Subseção III Das Demais Sanções Administrativas

Art. 18. A sanção de apreensão terá como objeto:

- I - animais, produtos e subprodutos da fauna e da flora e produtos e subprodutos da prática da infração; e
- II - instrumentos, petrechos, equipamentos e veículos de qualquer natureza:
 - a) que sejam de posse não autorizada ou ilícita;
 - b) que apresentem alterações em suas características que indiquem a destinação para a prática de atividades ilícitas; ou
 - c) que forem objeto de uso reiterado em atividade ilícita.

Art. 19. As sanções indicadas nos incisos V a VIII do art. 2º deste Decreto serão aplicadas quando o produto, a obra, a atividade, o empreendimento ou o estabelecimento não esteja obedecendo às determinações legais ou regulamentares, após a apuração e a constatação em procedimento no qual seja cumprido o devido processo legal e facultado a todos o exercício da ampla defesa e do contraditório, salvo o disposto no art. 128 e seguintes da Seção V do Capítulo II deste Decreto.

Art. 20. A suspensão de venda e de fabricação do produto tem por fim evitar que sejam colocados no mercado produtos e subprodutos oriundos de infração administrativa ou de matéria

prima e de subprodutos de origem ilegal.

Art. 21. O embargo de obra ou de atividade deverá ser realizado quando essas não obedecerem às prescrições legais, podendo ser temporário ou definitivo, devendo ser restrito aos locais onde efetivamente ficou caracterizada a infração ambiental, não alcançando as demais atividades realizadas em áreas não embargadas da propriedade ou da posse, ou não correlacionadas com a infração.

Art. 22. No caso de áreas irregularmente desmatadas ou queimadas, a autoridade autuante deverá embargar quaisquer obras ou atividades nelas localizadas ou desenvolvidas, excetuando as atividades de subsistência.

§ 1º A autoridade autuante deverá carrear todas as provas possíveis de autoria e de materialidade da infração, bem como apurar a extensão do dano, considerando os documentos, as fotos e os dados de localização, incluindo as coordenadas geográficas da área embargada, que deverão constar no Auto de Infração para o posterior georreferenciamento.

§ 2º Não se aplica a penalidade de embargo de obra, atividade ou área nos casos em que a infração de que trata o “caput” deste artigo ocorrer fora de Área de Preservação Permanente ou de Reserva Legal, salvo quando se tratar de intervenção ou supressão não autorizada em vegetação nativa.

Art. 23. O embargo de área irregularmente explorada e objeto do Plano de Manejo Florestal Sustentável não exonera seu detentor da execução de atividades de manutenção ou de recuperação da floresta, na forma e nos prazos fixados no Plano de Manejo e no Termo de Responsabilidade de manutenção da floresta.

Art. 24. O descumprimento total ou parcial de embargo, sem prejuízo do disposto no art. 91, ensejará a aplicação cumulativa das seguintes sanções:

I - suspensão da atividade que originou a infração e da venda de produtos ou de subprodutos criados ou produzidos na área ou no local objeto do embargo infringido; e

II - cancelamento de registros, de licenças ou de autorizações de funcionamento da atividade econômica junto aos órgãos ambientais e de fiscalização.

Parágrafo único. A pedido do interessado, deverá ser lavrada certidão em que conste a atividade, a obra e a parte da área do imóvel que são objetos do embargo, conforme o caso.

Art. 25. A suspensão parcial ou total das atividades corresponde à interdição parcial ou total do estabelecimento ou das atividades que não estejam obedecendo às prescrições legais e regulamentares.

Art. 26. A cessação das penalidades de suspensão e de embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental competente após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou a atividade.

Art. 27. A sanção de demolição de obra poderá ser aplicada pela autoridade ambiental, quando:

I - verificada a construção de obra em área ambientalmente protegida em desacordo com a legislação ambiental; ou

II - quando a obra ou a construção realizada não atender às condicionantes da legislação ambiental e não for passível de regularização.

§ 1º A demolição poderá ser feita pela Administração Pública Estadual ou pelo infrator em prazo assinalado, após o julgamento do Auto de Infração, sem prejuízo do disposto no art. 94 deste Decreto.

§ 2º As despesas para a realização da demolição correrão por conta do infrator, que será notificado a executar ou a reembolsar aos cofres públicos os gastos que tenham sido efetuados pela Administração Pública Estadual.

§ 3º Não será aplicada a penalidade de demolição quando, mediante laudo técnico, for comprovado que a medida poderá causar impactos ambientais mais graves do que a sua manutenção, caso em que a autoridade ambiental competente, por meio de decisão fundamentada, deverá, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, impor as medidas necessárias à mitigação do dano ambiental, observada a legislação em vigor.

Art. 28. As sanções restritivas de direito aplicáveis às pessoas físicas ou jurídicas são:

I – suspensão de registro, de licença ou de autorização;

II – cancelamento de registro, de licença ou de autorização;

III – perda ou restrição de incentivos e de benefícios fiscais;

IV – perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito; e

V – proibição de contratar com a Administração Pública.

§ 1º A autoridade ambiental competente fixará o período de vigência das sanções restritivas, observando os seguintes prazos:

a) até três anos para a sanção prevista no inciso V; e

b) até um ano para as demais sanções.

§ 2º Em qualquer caso, a extinção da sanção fica condicionada à regularização da conduta que deu origem ao Auto de Infração.

Art. 29. O embargo definitivo das atividades em razão da utilização ou da captação de recursos hídricos será aplicado sempre que essas forem realizadas sem a concessão de outorga ou de sua dispensa, ou quando houver a revogação ou a cassação da outorga.

Parágrafo único. O embargo definitivo poderá detalhar providências e prazos para a imediata reposição, no seu antigo estado, dos recursos hídricos, dos leitos e das margens, ou para tamponar os poços de águas subterrâneas.

Seção II

Dos Prazos Prescricionais

Art. 30. Prescreve em cinco anos a ação da Administração Pública Estadual que tem como objetivo apurar a prática de infrações contra o meio ambiente, contados da data da prática do ato, ou, no caso de infração cometida continuamente, do dia em que essa tiver cessado.

§ 1º Considera-se iniciada a ação de apuração de infração ambiental pela Administração Pública Estadual com a lavratura do Auto de Infração.

§ 2º Iniciada a ação de apuração de infração ambiental pela Administração Pública Estadual, incidirá a prescrição punitiva ou executória no procedimento administrativo do Auto de Infração paralisado por três anos e um dia ou mais, pendente de julgamento ou de despacho, cujos autos serão arquivados de ofício ou mediante requerimento da parte interessada, sem prejuízo da apuração da responsabilidade funcional decorrente da paralisação.

§ 3º A prescrição da pretensão punitiva não elide a obrigação de reparar o dano ambiental.

Art. 31. Interrompe-se a prescrição:

I - pelo recebimento do Auto de Infração ou pela cientificação do infrator ou do preposto por qualquer outro meio, inclusive por edital;

II - por qualquer ato inequívoco da Administração Pública Estadual que importe apuração do fato;

III - pela decisão condenatória recorrível; e

IV - pela assinatura do Termo de Compromisso Ambiental ou de Parcelamento e Confissão de Dívida.

Parágrafo único. Considera-se ato inequívoco da Administração Pública, para o efeito do disposto no inciso II deste artigo, aqueles que impliquem instrução ou impulso do procedimento.

Art. 32. Prescreve em cinco anos, contados do trânsito em julgado administrativo, a pretensão executória das penalidades impostas com base neste Decreto.

Art. 33. A incidência da prescrição da pretensão punitiva ou da executória não elide a obrigação de reparação “in natura” do dano ambiental, a qual poderá ser buscada administrativamente, mediante Termo de Compromisso Ambiental ou mediante a imposição de novas sanções e medidas administrativas, quando cabíveis, ou pela propositura das medidas judiciais pertinentes pela autoridade ambiental.

Seção III

Das Infrações Administrativas Cometidas contra o Meio Ambiente

Subseção I

Das Infrações Contra a Fauna

Art. 34. Para os efeitos deste Decreto adotam-se as seguintes definições:

I - fauna silvestre: todas as espécies de animais terrestres ou aquáticas pertencentes à fauna silvestre nativa ou exótica de uma determinada região;

II - fauna silvestre nativa: todas as espécies residentes ou migratórias cujo ciclo de vida, em todo ou em parte, ocorra dentro dos limites do território do Estado, incluindo as espécies marinhas de suas águas jurisdicionais;

III - fauna silvestre exótica: compreende as espécies e subespécies de animais introduzidas pelo homem e não originárias do Estado que vivem em ambiente cativo ou em vida

livre, inclusive as domésticas em estado asselvajado; e

IV - fauna doméstica: todo exemplar de espécie que, por meios de processos tradicionais e sistematizados de manejo ou melhoramento zootécnico, apresentar características biológicas e comportamentais em estreita dependência do homem.

Art. 35. Matar, perseguir, caçar, ~~apanhar~~**capturar**, coletar ou utilizar espécimes da fauna silvestre sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida: **APROVADO**

Pena: multa no valor de:

I - R\$ 500,00 (quinhentos reais) por indivíduo de espécie não constante de listas oficiais de risco ou ameaça de extinção; e

II - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por indivíduo de espécie constante de listas oficiais de fauna ameaçada de extinção, inclusive da Convenção de Comércio Internacional das Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES.

~~§ 1º As multas serão aplicadas em dobro se a infração for praticada com a finalidade de obter vantagem pecuniária, à noite, no final de semana, em feriados, em unidade de conservação ou em desacordo com a licença.~~ **APROVADO**

[DSC1] Comentário: Agravantes já constam no Art. 5º

§ 2º Na impossibilidade de aplicação do critério de unidade por espécime para a fixação da multa, aplicar-se-á o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) no caso do inciso I e de R\$ 5.000 (cinco mil reais) no caso do Inciso II por quilograma ou por fração.

§ 3º Incorre nas mesmas multas:

I - quem impedir a procriação da fauna, sem licença ou autorização, ou em desacordo com a obtida;

II - quem modificar, danificar ou destruir ninho, abrigo ou criadouro natural; ou

III - quem vender, expor à venda, reproduzir, exportar ou adquirir, guardar, manter em cativeiro ou em depósito, utilizar ou transportar ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre, nativa ou em rota migratória, bem como produtos e objetos dela oriundos, provenientes de criadouros não autorizados, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade ambiental competente, ou em desacordo com a obtida.

§ 4º No caso de guarda de espécime silvestre, deve a autoridade competente deixar de aplicar as sanções previstas neste Decreto quando, antes de iniciadas as ações de fiscalização e vistorias, o agente espontaneamente entregar os animais ao órgão ambiental.

§ 5º Caso a quantidade ou a espécie constatada no ato fiscalizatório esteja em desacordo com o autorizado pelo órgão ambiental competente, a autoridade deverá promover a autuação considerando a totalidade do objeto da fiscalização.

§ 6º A autoridade julgadora poderá, considerando a natureza dos animais, em razão de seu pequeno porte, aplicar multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) quando a contagem individual for de difícil execução ou quando, nessa situação, ocorrendo a contagem individual, a multa final restar desproporcional em relação à gravidade da infração e à capacidade econômica do infrator.

Art. 36. Hibridizar animais silvestres sem a autorização do órgão ambiental competente.

Pena - multa de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) de R\$ 2.000,00 (dois mil reais); com acréscimo de R\$ 200,00 (duzentos reais) por exemplar excedente.

§ 1º Incorre na mesma pena quem utilizar, comercializar, manter ou introduzir espécimes híbridos em local diverso de sua distribuição natural.

§ 2º Para fins deste Decreto, entende-se por hibridização o processo de cruzamento entre diferentes subespécies e espécies, dando origem a indivíduos férteis ou estéreis.

Art. 37. Introduzir espécime animal silvestre, nativo ou exótico, no Estado ou fora de sua área de distribuição natural, sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida pela autoridade ambiental competente, quando exigível:

Pena - multa de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) R\$ 2.000,00 (dois mil reais), com acréscimo por exemplar excedente de:

I - R\$ 500,00 (quinhentos reais) por indivíduo de espécie não constante em listas oficiais de espécies em risco ou ameaçadas de extinção; e

II - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por indivíduo de espécie constante de listas oficiais de fauna ameaçada de extinção, inclusive da Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES.

§ 1º Entende-se por introdução de espécime animal no Estado o ato de ingresso no território estadual, a soltura, a guarda ou a manutenção continuada a qualquer tempo.

§ 2º Incorre nas mesmas penas quem comercializar ou reintroduzir na natureza espécime da fauna silvestre sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida pela autoridade ambiental competente, quando exigível.

Art. 38. Praticar caça profissional no Estado:

Pena - multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com acréscimo de:

I - R\$ 500,00 (quinhentos reais) por indivíduo capturado; ou

II - R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por indivíduo de espécie constante de listas oficiais de fauna brasileira ameaçada de extinção, inclusive da Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES.

Parágrafo único. Excetua-se a aplicação da pena quando comprovadamente a infração objetivar o próprio sustento, a subsistência imediata e pessoal do agente ou sua família. **APROVADO**

[MPM2] Comentário: Texto da Lei 9.605/1998

Art. 39. Praticar ato de abuso, de maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres ou domésticos.

Pena - multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais) por indivíduo.

e

Art. 40. Molestar de forma intencional qualquer espécie de cetáceo, de pinípede ou de quelônio em águas jurisdicionais brasileiras:

Pena - multa de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

Art. 41. Deixar, os empreendimentos e as atividades de manejo de fauna silvestre autorizados, de manter o livro de registro do acervo faunístico atualizado.

Pena - multa de **de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)** ~~R\$ 500,00 (quinhentos reais)~~ a R\$ 5.000,00 (mil reais).

Parágrafo único. Incorre na mesma multa quem não fizer ou atualizar o registro de acervo faunístico e de movimentação de plantel em sistemas oficiais de controle de fauna, bem como fornecer dados inconsistentes ou fraudados.

Art. 42. Deixar de apresentar declaração de estoque e de valores oriundos de comércio de animais silvestres:

Pena – multa **de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)** ~~de R\$ 200,00 (duzentos reais)~~ a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 43. Explorar ou fazer uso comercial de imagem de animal silvestre mantido irregularmente em cativeiro ou em situação de abuso ou maus-tratos:

Pena – multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Parágrafo único. O disposto no “caput” deste artigo não se aplica ao uso de imagem para fins jornalísticos, acadêmicos, de pesquisas científicas e educacionais.

Art. 44. Causar degradação em viveiros, em açudes ou em estação de aquicultura de domínio público:

Pena - multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Art. 45. Pescar em período ou local em que a pesca seja proibida:

Pena - multa de R\$ 700,00 (setecentos reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), com acréscimo de R\$ 20,00 (vinte reais) por quilo ou fração do produto da pescaria, por unidade, quando se tratar de produto de pesca para o uso ornamental, ou por estimativa do órgão ambiental, quando não passível de mensuração.

Parágrafo único. Incorre nas mesmas multas quem:

I - pescar espécies que devam ser preservadas ou espécimes com tamanhos inferiores aos permitidos;

II - pescar quantidades superiores às permitidas ou mediante a utilização de aparelhos, de petrechos, de técnicas e de métodos não permitidos;

III - transportar, comercializar, beneficiar ou industrializar espécimes provenientes da coleta, da apanha e da pesca proibida;

IV - transportar, conservar, beneficiar, descaracterizar, industrializar ou comercializar pescados ou produtos originados da pesca sem comprovante de origem ou de autorização do órgão competente;

V - capturar, extrair, coletar, transportar, comercializar ou exportar espécimes de espécies ornamentais oriundos da pesca sem autorização do órgão competente ou em desacordo com a obtida; e

VI – deixar de apresentar declaração de estoque.

Art. 46. Pescar mediante a utilização de explosivos ou de substâncias que em contato com a água produzam efeitos semelhantes, ou de substâncias tóxicas, ou ainda por outro meio proibido pela autoridade competente:

Pena - multa de R\$ 700,00 (setecentos reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), com

acrécimo de R\$ 20,00 (vinte reais) por quilo ou por fração do produto da pescaria.

Art. 47. Exercer a pesca sem prévio cadastro, inscrição, autorização, licença, permissão ou registro do órgão competente, ou em desacordo com o obtido:

Pena - multa de **de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)** ~~R\$ 300,00 (trezentos reais)~~ a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com acréscimo de R\$ 20,00 (vinte reais) por quilo ou por fração do produto da pesca, ou por espécime, quando se tratar de produto de pesca para a ornamentação.

Parágrafo único. Caso a quantidade ou a espécie constatada no ato fiscalizatório esteja em desacordo com o autorizado pelo órgão ambiental competente, a autoridade deverá realizar a autuação considerando a totalidade do objeto da fiscalização.

Art. 48. Importar ou exportar espécies aquáticas em qualquer estágio de desenvolvimento, introduzir espécies nativas, exóticas ou não autóctones em águas jurisdicionais brasileiras sem autorização ou licença do órgão competente, ou em desacordo com a obtida:

Pena - multa de **de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)** ~~R\$ 3.000,00 (três mil reais)~~ a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com acréscimo de R\$ 20,00 (vinte reais) por quilo ou por fração do produto da pescaria, ou por espécime, quando se tratar de espécies aquáticas oriundas de produto de pesca para a ornamentação.

§ 1º Incorre na mesma multa quem introduzir espécies nativas ou exóticas em águas territoriais do Estado sem autorização do órgão competente ou em desacordo com a obtida.

§ 2º A multa a que se refere o “caput” deste artigo será aplicada em dobro se a infração for realizada em banhados, em áreas úmidas ou em unidade de conservação.

Art. 49. Explorar campos naturais de invertebrados aquáticos e de algas sem autorização do órgão ambiental competente ou em desacordo com a obtida:

Pena - multa de **de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)** ~~R\$ 500,00 (quinhentos reais)~~ a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com acréscimo de R\$ 20,00 (vinte reais) por quilo ou por espécime do produto.

Parágrafo único. Incorre nas mesmas multas quem:

I - utilizar, comercializar ou armazenar invertebrados aquáticos, algas sem autorização do órgão competente ou em desacordo com a obtida; e

II - fundear embarcações ou lançar detritos de qualquer natureza sobre bancos de moluscos ou corais, devidamente demarcados em carta náutica.

Art. 50. A comercialização do produto da pesca a que se refere esta Subseção agravará a penalidade da infração quando essa incidir em espécies sobreexplotadas ou ameaçadas de sobreexploração, conforme regulamento do órgão ambiental competente, com o acréscimo de:

I - R\$ 40,00 (quarenta reais) por quilo ou por fração do produto da pesca de espécie constante das listas oficiais brasileiras de espécies ameaçadas de sobreexploração; ou

II - R\$ 60,00 (sessenta reais) por quilo ou por fração do produto da pesca de espécie constante das listas oficiais brasileiras de espécies sobreexplotadas.

Art. 51. Deixar, os comandantes de embarcações destinadas à pesca, de preencher e de entregar, ao fim de cada viagem ou semanalmente, os mapas fornecidos pelo órgão competente:

Pena – multa **de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)** ~~de R\$ 1.000,00 (mil reais).~~

Art. 52. Para os efeitos deste Decreto, considera-se pesca todo ato tendente a extrair, a retirar, a coletar, a apanhar, a apreender ou a capturar espécimes dos grupos dos peixes, dos

crustáceos, dos moluscos aquáticos e dos vegetais hidróbios suscetíveis ou não de aproveitamento econômico, ressalvadas as espécies constantes nas listas oficiais da fauna e da flora ameaçadas de extinção.

Parágrafo único. Entende-se por ato tendente à pesca aquele em que o infrator esteja munido, equipado ou armado com petrechos de pesca, na área de pesca ou dirigindo-se a ela.

Subseção II Das Infrações Contra a Flora

Art. 53. Destruir ou danificar florestas ou demais formas de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente ou utilizá-las sem autorização do órgão ambiental competente, quando exigível, ou em desacordo com a concedida:

Pena - multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por hectare ou por fração.

Art. 54. Realizar o corte seletivo de árvores em Área de Preservação Permanente ou cuja espécie seja imune ao corte, sem autorização do órgão ambiental competente ou em desacordo com a concedida:

Pena - multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por árvore, por metro cúbico ~~ou por fração.~~

Art. 55. Destruir ou danificar florestas ou qualquer tipo de vegetação nativa, objeto de especial preservação, não passíveis de autorização para a exploração ou a supressão:

Pena - multa de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) por hectare ou por fração.

Parágrafo único. A multa será acrescida de R\$ 1.000,00 (mil reais) por hectare ou por fração quando a ação prevista no “caput” deste artigo ocorrer em detrimento de vegetação primária ou secundária em estágio avançado ou médio de regeneração do bioma Mata Atlântica.

Art. 56. Destruir ou danificar florestas ou qualquer tipo de vegetação nativa ou de espécies nativas plantadas, objeto de especial preservação, sem autorização do órgão ambiental competente ou em desacordo com a concedida:

Pena - multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por hectare ou fração.

§ 1º Para os casos de corte ou de supressão de vegetação secundária em estágio médio até o limite de dois hectares para o exercício de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais imprescindíveis à subsistência do pequeno produtor rural, das populações tradicionais e de suas famílias, a multa será de R\$ 3.000,00 (três mil reais) por hectare ou por fração.

§ 2º Para os fins dispostos no art. 55 deste Decreto e no “caput” deste artigo, são consideradas de especial preservação as florestas e as demais formas de vegetação nativa que tenham regime jurídico próprio e especial de conservação ou de preservação definido pela legislação.

Art. 57. Destruir, danificar ou explorar floresta ou qualquer tipo de vegetação nativa ou de espécies nativas plantadas, em área de Reserva Legal ou em servidão florestal, de domínio público ou privado, sem autorização prévia do órgão ambiental competente ou em desacordo com a concedida:

Pena - multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por hectare ou por fração.

Art. 58. Destruir ou danificar florestas ou demais formas de vegetação nativa que estejam localizadas fora de Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de servidão florestal, de domínio público ou privado, sem autorização do órgão ambiental competente, quando exigível, ou em desacordo com a concedida:

Pena - multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) por hectare ou por fração.

Art. 59. Realizar o corte seletivo em qualquer formação florestal ou de espécies nativas plantadas, localizada fora de Área de Preservação Permanente, sem autorização do órgão ambiental competente, quando exigível, ou em desacordo com a concedida:

Pena - multa de R\$ 200,00 (duzentos reais) ~~por hectare ou por fração, ou por unidade, por indivíduo, por metro estéreo, por quilo, por mdc~~ ou por metro cúbico. **APROVADO**

~~**Parágrafo único.** Incide nas mesmas penas quem deixar de cumprir a reposição florestal obrigatória.~~

Art. 60. Executar manejo florestal sem autorização prévia do órgão ambiental competente, sem observar os requisitos técnicos estabelecidos no Plano de Manejo ou em desacordo com a autorização concedida:

Pena - multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) por hectare ou por fração.

Art. 61. Extrair de florestas de domínio público ou de Áreas de Preservação Permanente, sem prévia autorização, pedra, areia, cal ou quaisquer outras formações minerais:

Pena - multa simples de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por hectare ou por fração.

Art. 62. Transformar madeira oriunda de floresta ou demais formas de vegetação nativa em carvão, para fins industriais, energéticos ou para quaisquer outras formas de exploração, econômica ou não, sem licença ou em desacordo com as determinações legais:

Pena - multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por metro cúbico de carvão-mdc.

Art. 63. Receber ou adquirir, para fins comerciais ou industriais, madeira serrada ou em tora, lenha, carvão ou outros produtos de origem vegetal, sem exigir a exibição de licença do vendedor, outorgada pela autoridade competente, e sem munir-se da via que deverá acompanhar o produto até o final beneficiamento:

Pena - multa de R\$ 300,00 (trezentos reais) por unidade, por estéreo, por quilo, por mdc ou por metro cúbico aferido pelo método geométrico.

§ 1º Incorre nas mesmas multas quem vender, expor à venda, manter em depósito, transportar, utilizar, destinar ou guardar madeira, lenha, carvão ou outros produtos de origem vegetal, sem licença válida para todo o tempo da viagem ou do armazenamento outorgada pela autoridade competente ou em desacordo com a obtida. **APROVADO**

§ 2º Considera-se licença válida para todo o transcurso da viagem ou do armazenamento aquela cuja autenticidade seja confirmada pelos sistemas de controle eletrônico oficiais, inclusive no que diz respeito à quantidade e espécie autorizada para o transporte e o armazenamento.

[MPM3] Comentário: Terá um parágrafo no art. 95 – infrações administrativas – conforme valores da lei estadual 9.298/98

§ 3º Nas infrações de transporte, caso a quantidade ou a espécie constatada no ato fiscalizatório esteja em desacordo com o autorizado pelo órgão ambiental competente, a autoridade deverá realizar a autuação considerando a totalidade do objeto da fiscalização.

§ 4º Para as demais infrações previstas neste artigo, a autoridade deverá promover a autuação considerando o volume integral de madeira, de lenha, de carvão ou de outros produtos de origem vegetal que não guarde correspondência com aquele autorizado pela autoridade ambiental competente, em razão da quantidade ou da espécie.

Art. 64. Adquirir, intermediar, transportar ou comercializar produto ou subproduto de origem animal ou vegetal produzido sobre área objeto de embargo:

Pena - multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por quilograma ou por unidade.

Art. 65. Comercializar, portar ou utilizar motosserra em floresta, ou demais formas de vegetação, sem licença ou sem registro da autoridade ambiental competente:

Pena - multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) por unidade.

Art. 66. Fazer uso de fogo em áreas agropastoris sem autorização do órgão competente ou em desacordo com a obtida:

Pena - multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) por hectare ou por fração.

Art. 67. Fabricar, vender, transportar ou soltar balões que possam ameaçar ou provocar incêndios nas florestas e nas demais formas de vegetação, em áreas urbanas ou em qualquer tipo de assentamento humano:

Multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), por unidade.

Art. 68. Destruir, causar dano ou maltratar, por qualquer modo ou meio, plantas ornamentais de logradouros públicos ou em propriedade privada alheia:

Pena - multa de R\$ 100,00 (cem reais) a R\$1.000,00 (mil reais) por unidade ou por metro quadrado.

~~**Art. 69.** As sanções administrativas previstas nesta Subseção serão aumentadas pela metade quando:~~

~~I - ressalvados os casos previstos nos arts. 62 e 66, a infração for consumada mediante uso de fogo ou provocação de incêndio;~~

~~II - a vegetação destruída, danificada, utilizada ou explorada contiver espécies ameaçadas de extinção constantes de lista oficial;~~

[DSC4] Comentário: Colocar como agravante

[DSC5] Comentário: Já consta como agravante, Art. 5º

Art. 70. Nas hipóteses previstas nos arts. 55, 56, 57 e 58, em se tratando de espécies nativas plantadas, a autorização de corte poderá ser substituída pelo protocolo do pedido junto ao órgão ambiental competente, caso em que esse será instado pelo agente de fiscalização a fazer as necessárias verificações quanto à real origem do material.

Art. 71. Colher, transportar ou comercializar pinhas imaturas de araucária *angustifolia* no período vedado pelo órgão ambiental competente:

Pena - multa de R\$ 200,00 (duzentos reais) por quilograma ou por unidade.

Subseção III Das Infrações Relativas à Poluição e outras Infrações Ambientais

Art. 72. Causar poluição de qualquer natureza em níveis que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da biodiversidade:

Pena - multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

Parágrafo único. As multas e demais penalidades a que se refere o “caput” deste artigo serão aplicadas após laudo técnico elaborado pelo órgão ambiental competente, identificando a dimensão do dano decorrente da infração e em conformidade com a gradação do impacto.

Art. 73. Incorre nas multas previstas no art. 72 deste Decreto:

I - tornar uma área, urbana ou rural, imprópria para a ocupação humana;

II - causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea, dos habitantes das áreas afetadas ou que provoque, de forma recorrente, significativo desconforto respiratório ou olfativo devidamente atestado pelo agente autuante;

III - causar poluição hídrica que torne necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade;

IV - dificultar ou impedir o uso público das praias pelo lançamento de substâncias, de efluentes, pelo carreamento de materiais ou pelo uso indevido dos recursos naturais;

V - lançar resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, bem como óleos ou substâncias oleosas, no ambiente, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou em atos normativos;

VI - deixar, aquele que tem obrigação, de dar destinação ambientalmente adequada a produtos, a subprodutos, a embalagens, a resíduos ou a substâncias quando assim determinar a lei ou o ato normativo;

VII - deixar de adotar, quando exigidas pelo órgão competente, medidas de precaução ou de contenção em caso de dano ou de risco de dano ambiental grave ou irreversível;

VIII - provocar o perecimento de espécimes da biodiversidade por intermédio da emissão de efluentes ou do carreamento de materiais;

IX - lançar resíduos sólidos ou rejeitos em praias, em oceanos ou em quaisquer recursos hídricos;

X - lançar resíduos sólidos ou rejeitos “in natura” a céu aberto, excetuados os resíduos resultantes da mineração, em desacordo com as exigências estabelecida em lei, atos normativos ou licença ambiental;

XI - queimar resíduos sólidos ou rejeitos a céu aberto ou em recipientes, em instalações e em equipamentos não licenciados para tanto;

XII - descumprir obrigação prevista no sistema de logística reversa previsto no art. 33 da Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, consoante às responsabilidades específicas estabelecidas para o referido sistema;

XIII - deixar de segregar resíduos sólidos na forma estabelecida para a coleta seletiva, quando essa for instituída pelo titular do serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, conforme a Lei Federal nº 12.305/2010;

XIV - destinar resíduos sólidos urbanos à recuperação energética em desconformidade com o art. 9º, §1º, da Lei Federal nº 12.305/2010, e respectivo regulamento;

XV - deixar de manter atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente e outras autoridades informações completas acerca da realização das ações do sistema de logística reversa sobre a sua responsabilidade, prevista na Lei Federal nº 12.305/2010;

XVI - deixar de manter atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente, ao órgão licenciador do Sistema Estadual de Proteção Ambiental - SISEPRA, e a outras autoridades, informações completas sobre a implementação e a operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos sólidos sob a sua responsabilidade, prevista na Lei Federal nº

12.305/2010; e

XVII - deixar de atender, os que operam com resíduos perigosos, às regras sobre registro, gerenciamento e informação do Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos, estabelecido no art. 39, § 2º, Lei Federal nº 12.305/2010.

§ 1º As multas a que se referem os incisos I a XI deste artigo serão aplicadas após laudo de constatação.

§ 2º Os consumidores que descumprirem as respectivas obrigações previstas nos sistemas de logística reversa e de coleta seletiva previstos na Lei Federal nº 12.305/2010, estarão sujeitos à penalidade de advertência.

§ 3º No caso de reincidência no cometimento da infração prevista no § 2º deste artigo, poderá ser aplicada a penalidade de multa no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) a R\$ 500,00 (quinhentos reais).

§ 4º A multa simples a que se refere o § 3º pode ser convertida em serviços de preservação, de melhoria e de recuperação da qualidade do meio ambiente.

§ 5º Não incorrem na infração prevista no inciso IX deste artigo as atividades de deslocamento de material do leito de corpos d'água por intermédio de dragagem, devidamente licenciada ou autorizada;

§ 6º As bacias de decantação de resíduos, de rejeitos industriais ou de mineração, devidamente licenciadas pelo órgão competente do Sistema Estadual de Proteção Ambiental - SISEPRA, não são consideradas corpos hídricos para os efeitos da infração prevista no inciso IX deste artigo.

Art. 74. Executar pesquisa, lavra ou extração de minerais sem a devida autorização, permissão, concessão ou licença da autoridade ambiental competente ou em desacordo com a obtida:

Pena - multa de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais), por hectare ou por fração.

Parágrafo único § 1º. Incorre nas mesmas multas quem deixar de recuperar a área pesquisada ou explorada, nos termos estabelecidos na autorização, na permissão, na licença, na concessão ou na determinação do órgão ambiental competente.

§ 2º. No caso de execução em desacordo com a autorização, permissão, concessão ou licença obtida, a multa terá um acréscimo de 10% para cada item descumprido.

Art. 75. Produzir, processar, embalar, importar, exportar, comercializar, fornecer, transportar, armazenar, guardar, ter em depósito ou usar produto ou substância tóxica nociva à saúde humana ou ao meio ambiente, em desacordo com as exigências estabelecidas em lei ou em regulamento:

Pena - multa de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem abandonar os produtos ou as substâncias referidos no “caput” deste artigo, bem como as suas embalagens, descartar de forma irregular ou os utilizar em desacordo com as normas de segurança.

§ 2º Se o produto ou a substância for nuclear ou radioativa, a multa poderá ser aumentada ao quántuplo.

Art. 76. Deixar, o fabricante de veículos ou de motores, de cumprir os requisitos de garantia ao atendimento dos limites vigentes de emissão de poluentes atmosféricos e de ruído, durante os prazos e as quilometragens previstos na legislação:

Pena - multa de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Art. 77. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem permissão, licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e os regulamentos pertinentes:

Pena - multa de **R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)** ~~500,00 (quinhentos reais)~~ a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

§ 2º. No caso de ações em desacordo com a licença obtida, a multa terá um acréscimo de 10% para cada item descumprido.

Art. 78. Disseminar doença, praga ou espécies que possam causar dano à fauna, à flora ou aos ecossistemas:

Pena - multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

Art. 79. Conduzir, permitir ou autorizar a condução de veículo automotor em desacordo com os limites e exigências ambientais previstos na legislação:

Pena - multa de **R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)** ~~R\$ 1.000,00 (mil reais)~~ a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 80. Importar ou comercializar veículo automotor sem Licença para o Uso da Configuração de Veículos ou Motor – LCVM, expedida pela autoridade competente:

Pena - multa de **R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)** ~~R\$ 1.000,00 (mil reais)~~ a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e correção de todas as unidades de veículo ou de motor que sofrerem alterações.

Art. 81. Importar pneu usado ou reformado em desacordo com a legislação:

Pena - multa de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por unidade.

§ 1º Incorre na mesma multa quem comercializar, transportar, armazenar, guardar ou manter em depósito pneu usado ou reformado, importado nessas condições.

§ 2º São isentas do pagamento da multa a que se refere o “caput” deste artigo as importações de pneumáticos reformados classificados nas NCM 4012.1100, 4012.1200, 4012.1300 e 4012.1900, procedentes dos Estados-parte do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, ao amparo do Acordo de Complementação Econômica nº 18.

Art. 82. Alterar ou promover a conversão de qualquer item em veículos e em motores novos ou usados que provoque alterações nos limites e nas exigências ambientais previstas na legislação:

Pena - multa de **R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)** ~~R\$ 500,00 (quinhentos reais)~~ a

R\$ 10.000,00 (dez mil reais), por veículo, e correção da irregularidade.

Art. 83. Importar resíduos sólidos perigosos e rejeitos, bem como resíduos sólidos cujas características possam causar dano ao meio ambiente, à saúde pública, à saúde animal e vegetal, ainda que para o tratamento, reforma, reutilização ou recuperação:

Pena - multa de **R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)** ~~R\$ 500,00 (quinhentos reais)~~ a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)

Subseção IV

Das Infrações Contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural

Art. 84. Destruir, inutilizar ou deteriorar:

I - bem especialmente protegido por lei, por ato administrativo ou por decisão judicial; e

II - arquivo, registro, museu, biblioteca, pinacoteca, instalação científica ou similar protegido por lei, por ato administrativo ou por decisão judicial:

Pena - multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Art. 85. Alterar o aspecto ou a estrutura de edificação ou local especialmente protegido por lei, por ato administrativo ou por decisão judicial, em razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida:

Pena - multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Art. 86. Promover construção em solo não edificável, ou em seu entorno, assim considerado em razão de seu valor paisagístico, ecológico, artístico, turístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida:

Pena - multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 87. Pichar, grafitar ou por qualquer outro meio conspurcar edificação alheia ou monumento urbano:

Pena - multa de **R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)** ~~R\$ 1.000,00 (mil reais)~~ a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Parágrafo único. Se o ato for realizado em monumento ou em coisa tombada, a multa é aplicada em dobro.

Subseção V

Das Infrações Administrativas Contra a Administração Ambiental

Art. 88. Deixar de inscrever-se no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental e Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais a que se refere o art. 17 da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981:

Pena - multa de:

I - R\$ 50,00 (cinquenta reais), se pessoa física;

II - R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), se microempresa;

III - R\$ 900,00 (novecentos reais), se empresa de pequeno porte;

IV - R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais), se empresa de médio porte; e

V - R\$ 9.000,00 (nove mil reais), se empresa de grande porte.

Art. 89. Obstar ou dificultar a ação do Poder Público no exercício das atividades de fiscalização ambiental:

Pena - multa de **R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)** ~~R\$ 500,00 (quinhentos reais)~~ a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 90. Obstar ou dificultar a ação do órgão ambiental, ou de terceiro por ele encarregado, na coleta de dados para a execução de georreferenciamento de imóveis rurais para fins de fiscalização:

Pena - multa de R\$ 100,00 (cem reais) a R\$ 300,00 (trezentos reais) por hectare do imóvel.

Art. 91. Descumprir embargo ou suspensão de obra ou de atividade e suas respectivas áreas:

Pena - multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Art. 92. Deixar de atender às exigências legais ou regulamentares no prazo concedido quando devidamente notificado pela autoridade ambiental competente para a regularização, a correção ou a adoção de medidas de controle para cessar a degradação ambiental:

Pena - multa de **R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)** ~~R\$ 1.000,00 (mil reais)~~ a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Art. 93. Deixar de apresentar relatórios ou informações ambientais nos prazos exigidos pela legislação ou naquele determinado pela autoridade ambiental:

Pena - multa de **R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)** ~~R\$ 1.000,00 (mil reais)~~ a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 94. Elaborar ou apresentar informação, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso, enganoso ou omissivo, seja nos sistemas oficiais de controle, seja no licenciamento, na concessão florestal ou em qualquer outro procedimento administrativo ambiental:

Pena - multa **R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)** ~~de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais)~~ a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Art. 95. Deixar de cumprir a compensação ambiental determinada por lei, na forma e no prazo exigidos pela autoridade ambiental:

Pena - multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Parágrafo único. Nos casos de descumprimento de Reposição Florestal Obrigatória, de que trata a Lei Estadual 9.519/1992, a multa será de 8 UPFs (oito Unidades de Padrão Fiscal) por muda não plantada.

Subseção VI

Das Infrações Cometidas Exclusivamente em Unidades de Conservação

Art. 96. Introduzir em unidade de conservação espécies alóctones:

Pena - multa de **R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)** ~~R\$ 2.000,00 (dois mil reais)~~ a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

§ 1º Excetuam-se do disposto neste artigo as Áreas de Proteção Ambiental, as Florestas

Nacionais, as Reservas Extrativistas e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável, bem como os animais e as plantas necessários à administração e às atividades das demais categorias de unidades de conservação, de acordo com o que se dispuser em regulamento e no Plano de Manejo.

§ 2º Nas áreas particulares localizadas em Refúgios de Vida Silvestre, Monumentos Naturais e Reservas Particulares do Patrimônio Natural podem ser criados animais domésticos e cultivadas plantas considerados compatíveis com as finalidades da unidade, de acordo com o que dispuser o seu Plano de Manejo.

Art. 97. Violar as limitações administrativas provisórias impostas às atividades efetiva ou potencialmente causadoras de degradação ambiental nas áreas delimitadas para a realização de estudos com vistas à criação de unidade de conservação:

Pena - multa de **R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)** ~~R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais)~~ a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Parágrafo único. Incorre nas mesmas multas quem explorar florestas a corte raso ou outras formas de vegetação nativa nas áreas definidas no “caput” deste artigo.

Art. 98. Realizar pesquisa científica, envolvendo ou não coleta de material biológico, em unidade de conservação sem a devida autorização, quando exigível:

Pena - multa de **R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)** ~~R\$ 500,00 (quinhentos reais)~~ a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

§ 1º A multa será aplicada em dobro caso as atividades de pesquisa coloquem em risco demográfico as espécies integrantes dos ecossistemas protegidos.

§ 2º Excetuam-se do disposto neste artigo as Áreas de Proteção Ambiental e Reservas Particulares do Patrimônio Natural, quando as atividades de pesquisa científica não envolverem a coleta de material biológico.

Art. 99. Explorar comercialmente produtos ou subprodutos não madeireiros, serviços obtidos ou desenvolvidos a partir de recursos naturais, biológicos, cênicos ou culturais em unidade de conservação sem autorização ou permissão do órgão gestor ou em desacordo com a obtida, quando essa for exigível:

Pena - multa de **R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)** ~~R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais)~~ a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto neste artigo as Áreas de Proteção Ambiental e Reservas Particulares do Patrimônio Natural.

Art. 100. Explorar ou fazer uso comercial de imagem de unidade de conservação sem autorização do órgão gestor ou em desacordo com a recebida:

Pena - multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto neste artigo as Áreas de Proteção Ambiental e Reservas Particulares do Patrimônio Natural.

Art. 101. Realizar liberação planejada ou cultivo de organismos geneticamente modificados em Áreas de Proteção Ambiental ou zonas de amortecimento das demais categorias de unidades de conservação, em desacordo com o estabelecido em seus respectivos Planos de

Manejo, regulamentos ou recomendações da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio:

Pena - multa de ~~R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais)~~ a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

§ 1º A multa será aumentada ao triplo se o ato ocorrer no interior de Unidade de Conservação de Proteção Integral.

§ 2º A multa poderá ser aumentada ao quádruplo se o organismo geneticamente modificado, liberado ou cultivado irregularmente em unidade de conservação possuir na área ancestral direto ou parente silvestre, ou ainda se representar risco à biodiversidade.

Art. 102. Realizar quaisquer atividades ou adotar conduta em desacordo com os objetivos da unidade de conservação, seu Plano de Manejo e seus regulamentos:

Pena - multa de ~~R\$ 500,00 (quinhentos reais)~~ a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

~~**Art. 103.** Causar dano à unidade de conservação:~~

~~Pena - multa de R\$ 200,00 (duzentos reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).~~

Art. 104. Ingressar em unidade de conservação conduzindo substâncias ou instrumentos próprios para a caça, para a pesca ou para a exploração de produtos e de subprodutos florestais ou minerais, sem licença da autoridade competente, quando exigível:

Pena - multa de ~~R\$ 1.000,00 (mil reais)~~ a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Parágrafo único. Incorre na ~~penalidade de advertência~~ nas mesmas multas quem ingressar em unidade de conservação cuja visitação pública ou permanência sejam vedadas ou em desacordo com a licença da autoridade competente ~~e, no caso de infrator reincidente, incorrerá nas mesmas multas do caput.~~

Art. 105. As infrações previstas neste Decreto, exceto as dispostas nesta Subseção, quando forem cometidas ou afetarem unidade de conservação ou sua zona de amortecimento, terão os valores de suas respectivas multas aplicadas em dobro, ressalvados os casos em que a determinação de aumento do valor da multa seja superior a esse.

Subseção VII **Das infrações contra os Recursos Hídricos**

Art. 106. Utilizar recursos hídricos, com ou sem derivação, sem a devida outorga de uso ou a sua dispensa.

Pena - advertência, com prazo para a regularização.

Parágrafo único. No caso de não regularização, seja com a outorga, a sua dispensa, a cessação da utilização, tamponamento ou outras medidas, conforme indicação da autoridade ambiental pelas normas aplicáveis, incidirá multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 107. Utilizar recursos hídricos em desacordo com as condições estabelecidas na <http://www.al.rs.gov.br/legis>

outorga ou descumprir condicionantes da Reserva de Disponibilidade Hídrica, da Autorização Prévia, da Portaria de Outorga ou da Portaria de Dispensa de Outorga.

Pena - multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 108. Iniciar implantação, implantar empreendimentos ou exercer a atividade relacionada com a utilização de recursos hídricos superficiais ou subterrâneos que implique alterações no regime, na quantidade ou na qualidade das águas, sem a aprovação dos órgãos ou entidades competentes.

Pena - multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais).

Art. 109. Executar a perfuração de poços, no interesse próprio ou de terceiros, sem a autorização prévia ou utilizar recursos hídricos de poços não autorizados.

~~Pena - multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por poço e advertência para os usuários nos casos de perfuração de poços que se destinam a uso de caráter individual para a satisfação das necessidades básicas da vida e para a agricultura familiar.~~

~~Parágrafo único. A penalidade será de advertência, para os usuários da água, nos casos de perfuração de poços que se destinem: a uso de caráter individual para a satisfação das necessidades básicas da vida e à agricultura familiar, e, no caso de reincidência específica, incidirá a penalidade de multa prevista no *caput*.~~

Art. 110. Não regularizar ou não tamponar poços no prazo concedido pela autoridade ambiental.

Pena - multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ~~por poço~~.

Art. 111. Fraudar medições de volumes e de qualidade da água ou declarar valores diferentes dos medidos.

Pena - multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a 170.000,00 (cento e setenta mil reais).

~~**Art. 112.** Obstar ou dificultar ação fiscalizadora das autoridades competentes no exercício das suas funções.~~

~~Pena - multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a 50.000,00 (cinquenta mil reais).~~

[MPM6] Comentário: Igual ao art. 89

Art. 113. Sempre que a infração cometida resultar em prejuízo ao serviço de abastecimento de água, em riscos à saúde ou à vida, perecimento de bens ou de animais, ou prejuízos de qualquer natureza a terceiros, independentemente de revogação ou de cassação da outorga, a multa será aplicada em dobro e nunca será inferior à R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).

CAPÍTULO II DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Seção I Das Disposições Preliminares

Art. 114. A aplicação das sanções, a confirmação das medidas administrativas, as ações para a recomposição do dano ambiental e a regularização do empreendimento ou da atividade serão realizadas de acordo com o procedimento administrativo estabelecido neste Capítulo.

Art. 115. As infrações à legislação ambiental serão apuradas em procedimento administrativo próprio, sendo iniciado com a lavratura de Auto de Infração, que poderá ser instruído ou estar acompanhado de Relatório de Vistoria ou de fiscalização do Auto de Constatação, do Termo de Notificação, da informação técnica ou da denúncia, bem como dos demais Termos Próprios lavrados em decorrência das infrações.

Parágrafo único. O procedimento e a tramitação de expediente administrativo a que se refere o “caput” deste artigo não impedem a propositura de medidas judiciais pela autoridade ambiental sempre que as medidas administrativas adotadas com fulcro no Poder de Polícia Ambiental se mostrem insuficientes, para garantir a cessação e a recuperação dos danos ambientais.

Seção II Do Auto de Constatação

Art. 116. A constatação é o ato pelo qual o servidor público, integrante dos órgãos do Sistema Estadual de Proteção Ambiental – SISEPRA, e que não detém a competência de lavrar autos de infração, registra de forma completa, clara e objetiva os fatos que possam constituir infração administrativa ambiental.

Parágrafo único. Se o servidor público for competente para a lavratura de autos de infração, poderá lavrar diretamente aquele ato, não sendo obrigatória a lavratura prévia de Auto de Constatação.

Art. 117. A constatação será feita em formulário próprio denominado Auto de Constatação, que deverá conter a qualificação do infrator, declaração do endereço para receber as notificações, a data e o local da infração, preferencialmente com coordenadas geográficas, a descrição dos fatos que constituem a infração, bem como das circunstâncias agravantes e atenuantes, podendo ser sugerido o enquadramento legal da infração, o qual não vinculará a autoridade ambiental competente.

Parágrafo único. O Auto de Constatação é documento relativo à apuração da responsabilidade administrativa e será emitido em formulário próprio, independente dos documentos e dos formulários atinentes à apuração da responsabilidade criminal, os quais, quando existentes, poderão acompanhar o Auto de Constatação para melhor instrução do procedimento administrativo.

Art. 118. Após lavrado, o Auto de Constatação será imediatamente encaminhado para a autoridade ambiental competente, a qual fará análise da suficiência das informações e do enquadramento legal da infração, emitindo o Auto de Infração para iniciar o procedimento administrativo de imposição de penalidades, ou proferindo o julgamento de inconsistência, hipótese em que o Auto de Constatação retornará à origem.

Parágrafo único. A emissão do Auto de Infração e o julgamento de inconsistência do Auto de Constatação poderão ser realizados no mesmo formulário do Auto de Constatação.

Seção III Do Auto de Infração

Art. 119. São autoridades competentes para lavrar o Auto de Infração Ambiental e instaurar procedimento administrativo os servidores dos órgãos ambientais integrantes do

Sistema Estadual de Proteção Ambiental - SISEPRA, designados para tal função.

§ 1º A autoridade ambiental que tiver conhecimento da infração ambiental é obrigada a promover a sua constatação formal e a sua apuração imediata, observado o procedimento administrativo previsto neste Decreto, sob pena de corresponsabilidade.

§ 2º Qualquer cidadão legalmente identificado, ao constatar infração ambiental, poderá provocar a atuação das autoridades responsáveis pelo controle e pela fiscalização ambientais, para os efeitos do exercício do Poder de Polícia Ambiental.

Art. 120. O procedimento para a aplicação das sanções administrativas terá início com a lavratura do Auto de Infração e dos demais Termos referentes à apuração da prática da infração, devendo ser obrigatoriamente assegurado ao autuado o exercício do contraditório e da ampla defesa, assim como os recursos administrativos previstos legalmente.

§ 1º O autuado será notificado para a ciência da infração:

- I - pessoalmente, por representante legal ou por preposto;
- II - pelo correio ou por via postal, com Aviso de Recebimento - AR; e
- III - por edital, se estiver em lugar incerto ou não sabido, ou ainda se não for encontrado no endereço indicado.

§ 2º No caso de recusa do autuado, do representante legal ou do preposto em assinar o Auto de Infração, esse deverá ser lavrado na presença de duas testemunhas, devendo a autoridade autuante certificar o ocorrido em seu verso e entregar a via correspondente ao autuado, ao representante legal ou ao preposto.

§ 3º O Edital a que se refere o inciso III do § 1º deste artigo será publicado uma única vez na imprensa oficial, considerando-se efetivada e consumada a autuação cinco dias após a publicação.

Art. 121. O Auto de Infração deverá ser lavrado de forma clara e precisa, destacando:

- I - os fatos;
- II - os preceitos legais envolvidos e a infração praticada;
- III - os critérios para a imposição e a gradação da penalidade, especialmente a gravidade do fato e, no caso de multa, a situação econômica do infrator;
- IV - as circunstâncias que atenuam ou agravam a penalidade, inclusive a reincidência do infrator quanto ao descumprimento da legislação ambiental;
- V - a possibilidade de conversão ou de substituição da penalidade em serviços de preservação, de melhoria e de recuperação da qualidade do meio ambiente, nos termos estabelecidos em lei, especialmente aqueles relacionados ao Termo de Compromisso Ambiental;
- VI - as informações necessárias para que a defesa escrita seja encaminhada aos órgãos adequados e instruída com os documentos pertinentes; e
- VII - a informação da continuidade do procedimento, independentemente da manifestação do notificado.

Parágrafo único. Os fatos e as circunstâncias descritos no Auto de Constatação poderão ser considerados integrantes do Auto de Infração.

Art. 122. O Auto de Infração que apresentar vício sanável, desde que esse não acarrete lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, poderá ser convalidado pela autoridade julgadora mediante despacho saneador.

§ 1º Considera-se vício sanável **do Auto de Infração** aquele cuja correção não importe em modificação da autoria, do ato ou dos fatos descritos no Auto de Infração, desde que a sua correção não acarrete prejuízos a terceiros e nem lesão ao interesse público.

§ 2º Constatado vício sanável **no procedimento administrativo, este e procedimento** será anulado a partir da fase processual em que o vício foi produzido, reiniciando a contagem dos prazos ao atuado, quando necessário, e aproveitando-se os atos regularmente emitidos.

Art. 123. O Auto de Infração que apresentar vício insanável deverá ser declarado nulo pela autoridade julgadora, que determinará o arquivamento do expediente administrativo.

§ 1º Considera-se vício insanável aquele cuja correção modificar a autoria, o ato ou os fatos descritos no Auto de Infração.

§ 2º Nos casos em que o Auto de Infração for declarado nulo e estiver caracterizada a conduta ou a atividade lesiva ao meio ambiente, deverá ser lavrado um novo Auto de Infração, observadas as regras relativas à prescrição.

Seção IV Dos Termos Próprios

Art. 124. A aplicação das medidas administrativas previstas no art. 126 e seguintes da Seção V deste Capítulo será registrada em Termo Próprio, o qual conterá a qualificação do infrator, a declaração desse quanto ao seu endereço para receber as notificações, a data e o local, preferencialmente com as suas coordenadas geográficas, bem como a descrição dos fatos e dos motivos que levaram a autoridade ambiental a assim proceder e a indicação dos dispositivos legais e regulamentares que fundamentam a medida.

§ 1º Nos casos de apreensão, deverá ser consignado o valor de avaliação do bem, do animal, do produto, do subproduto, do instrumento, do equipamento ou do petrecho no Termo de Apreensão.

§ 2º Os Termos Próprios acompanharão o Auto de Constatação ou o Auto de Infração, quando for o caso.

§ 3º Em casos excepcionais quando não for possível identificar o autor da infração, poderá ser a medida administrativa aplicada e lavrado o respectivo Termo Próprio sem a qualificação do infrator, devendo ser publicada súmula no DOE.

Art. 125. As medidas administrativas serão confirmadas ao final do procedimento administrativo de imposição de penalidades, à exceção daquelas em que não for possível identificar o infrator, sendo publicada súmula no DOE.

Seção V Das Medidas Administrativas

Art. 126. Constatada a infração ambiental, a autoridade competente poderá, para prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir a eficácia prática do procedimento administrativo de imposição de penalidades, no uso de seu Poder de Polícia Ambiental e adotar, desde logo, as seguintes medidas administrativas de caráter cautelar:

I - apreensão;

- II - embargo de obra ou de atividade e de suas respectivas áreas;
- III - suspensão de venda ou de fabricação de produto;
- IV - suspensão parcial ou total de atividades;
- V - destruição ou inutilização dos produtos, dos subprodutos e dos instrumentos da infração;
- VI – demolição; e
- VII – intervenção administrativa, por prazo determinado, para a execução de obras necessárias ao efetivo cumprimento das condições de outorga ou para o cumprimento de normas referentes ao uso, ao controle e à proteção dos recursos hídricos.

Parágrafo único. São consideradas autoridades competentes para a adoção das medidas administrativas de que trata o “caput” deste artigo os órgãos integrantes do SISEPRA, inclusive a Brigada Militar.

Art. 127. Os animais, os produtos e os subprodutos de qualquer natureza referidos no inciso IV do art. 2º deste Decreto, serão objeto de apreensão, salvo impossibilidade justificada.

Art. 128. Os instrumentos, os equipamentos, os petrechos e os veículos utilizados para a prática da infração serão apreendidos nos casos previstos no inciso II do art. 18 deste Decreto.

Art. 129. Os animais domésticos e silvestres exóticos serão apreendidos quando:

I - forem encontrados no interior de Unidade de Conservação de Proteção Integral;

II - forem encontrados em Área de Preservação Permanente ou quando impedirem a regeneração natural de vegetação cujo corte não tenha sido autorizado, desde que tenha havido prévio embargo; e

III - incorrerem em objeto de empreendimento ou de atividade não autorizada pelo órgão ambiental competente ou em desacordo com a licença obtida, hipótese que também se aplica aos animais silvestres nativos.

§ 1º O disposto no “caput” deste artigo não será aplicado quando a atividade tenha sido caracterizada como de baixo impacto ou previamente autorizada nos termos da legislação em vigor.

§ 2º Na hipótese prevista no inciso II deste artigo, os proprietários deverão ser previamente notificados para que promovam a remoção dos animais do local no prazo assinalado pela autoridade competente.

Art. 130. A autoridade ambiental, mediante decisão fundamentada que demonstre a existência de interesse público relevante, poderá autorizar o uso do bem apreendido nas hipóteses em que não houver outro meio disponível para a consecução da respectiva ação fiscalizatória.

Parágrafo único. Os veículos de qualquer natureza que forem apreendidos poderão ser utilizados pela Administração Pública Estadual para realizar o deslocamento do material apreendido até local adequado ou para promover a recomposição do dano ambiental.

Art. 131. Os bens, os animais, os produtos, os subprodutos, os instrumentos, os equipamentos, os petrechos ou os veículos apreendidos deverão ficar sob a guarda do órgão ou da entidade responsável pela fiscalização, podendo, excepcionalmente, ser confiados a fiel depositário, até o julgamento do procedimento administrativo.

~~Parágrafo único.~~ § 1º. Nos casos de anulação, de cancelamento ou de revogação da apreensão, o órgão ou a entidade ambiental responsável pela apreensão restituirá o bem, o animal, o produto, o subproduto, o instrumento, o equipamento, o petrecho e o veículo no estado em que se encontrar ou, na impossibilidade de fazê-lo, indenizará o proprietário pelo valor de avaliação consignado no Termo de Apreensão.

§ 2º. Nos casos de apreensão em caráter cautelar em que houve comprovada impossibilidade de identificar o infrator ou proprietário dos bens ou animais apreendidos, será publicada súmula no Diário Oficial do Estado, com prazo de 20 dias, e, se persistir a impossibilidade, será realizada a sua destinação, destruição ou inutilização, conforme Seção VI deste Capítulo.

Formatado: Justificado, Recuo: À esquerda: 0,21 cm, Primeira linha: 1,5 cm, À direita: 0 cm, Sem marcadores ou numeração, Tabulações: Não em 2,31 cm

Art. 132. A critério da Administração Pública Estadual, o depósito a que se refere o art. 131 deste Decreto poderá ser confiado:

I - a órgãos e a entidades de caráter ambiental, beneficente, científico, cultural, educacional, hospitalar, penal e militar; ou

II - ao próprio autuado, na qualidade de depositário fiel, desde que a posse dos bens não traga risco de utilização em novas infrações.

§ 1º Os órgãos e as entidades públicas que se encontrarem sob a condição de depositário serão preferencialmente contemplados no caso de a destinação final do bem ser a doação.

§ 2º Os bens confiados em depósito não poderão ser utilizados pelos depositários, salvo o uso lícito de veículos e de embarcações pelo próprio autuado.

§ 3º A autoridade fiscalizadora poderá celebrar convênios ou acordos com outros órgãos e entidades públicas para garantir, após a destinação final do bem apreendido, o repasse de verbas de ressarcimento relativas aos custos do depósito.

Art. 133. Após a apreensão, a autoridade competente, considerando a natureza dos bens e dos animais apreendidos, bem como o risco de perecimento, procederá da seguinte forma:

I - os animais da fauna silvestre nativa poderão ter retorno imediato à natureza, desde que devidamente documentado e atendidos os critérios estabelecidos pela autoridade ambiental competente para essa modalidade de destinação;

II - os espécimes da fauna silvestre exótica no território estadual não poderão ser soltos sem autorização da autoridade competente, devendo sempre ser encaminhados prioritariamente aos Centros de Recepção e Triagem – CTR, ou às entidades similares devidamente autorizadas; e

III - os produtos perecíveis e as madeiras sob risco iminente de perecimento serão avaliados e doados, com justificativa da respectiva doação.

Parágrafo único. Serão consideradas sob risco iminente de perecimento as madeiras que estejam acondicionadas a céu aberto ou que não puderem ser guardadas ou depositadas em locais próprios sob vigilância, ou ainda quando inviável o transporte e a guarda, atestados pela autoridade no documento de apreensão.

Art. 134. O embargo de obra ou de atividade e suas respectivas áreas será a sanção aplicável que tem por objetivo impedir a continuidade do dano ambiental, propiciar a regeneração do meio ambiente e dar viabilidade à recuperação da área degradada, devendo restringir-se exclusivamente ao local onde se verificou a prática do ilícito, não alcançando as demais atividades realizadas em áreas não correlacionadas com a infração.

§ 1º No caso de descumprimento ou de violação do embargo, a autoridade competente, além de adotar as medidas previstas nos arts. 24 e 93 deste Decreto, deverá comunicar ao Ministério Público Estadual, no prazo máximo de setenta e duas horas, para que seja apurado o cometimento de infração penal, sem prejuízo da adoção de medidas judiciais.

§ 2º Nos casos em que o responsável pela infração administrativa ou o detentor do imóvel onde foi praticada a infração danosa ao meio ambiente for indeterminado, desconhecido ou de domicílio indefinido, será realizada notificação da lavratura do Termo de Embargo mediante a publicação de súmula no DOE.

Art. 135. A suspensão de venda ou de fabricação de produto constitui medida que visa evitar a colocação no mercado de produtos e de subprodutos oriundos de infração administrativa ao meio ambiente ou interromper o uso contínuo de matéria-prima e de subprodutos de origem ilegal.

Art. 136. A suspensão parcial ou total de atividades constitui medida que visa impedir a continuidade de processos produtivos em desacordo com as normas legais e regulamentares.

Art. 137. Os produtos, inclusive madeiras, subprodutos e instrumentos utilizados na prática da infração, poderão ser sumariamente destruídos ou inutilizados quando:

I - a medida for necessária para evitar o seu uso e aproveitamento indevidos nas situações em que o transporte e a guarda forem inviáveis em face das circunstâncias; ou

II - possam expor o meio ambiente a riscos significativos ou comprometer a segurança da população e dos agentes públicos envolvidos na fiscalização.

Parágrafo único. O Termo de Destruição ou de Inutilização a ser lavrado deverá ser instruído com elementos que identifiquem as condições anteriores e posteriores à ação, bem como a avaliação dos bens destruídos.

Art. 138. A demolição de obra, de edificação ou de construção não habitada e utilizada diretamente para a infração ambiental dar-se-á excepcionalmente no ato de fiscalização nos casos em que se constatar que a ausência da demolição importa em iminente risco de agravamento do dano ambiental ou de graves riscos à saúde, com vista à paralisação da degradação ambiental.

§ 1º A demolição poderá ser feita pela autoridade autuante, por quem esse autorizar ou pelo próprio infrator, e deverá ser descrita e documentada, inclusive com fotografias.

§ 2º As despesas para a realização da demolição correrão às custas do infrator.

§ 3º A medida administrativa de demolição a que se refere o “caput” deste artigo não será realizada em edificações residenciais.

Art. 139. A intervenção administrativa para a proteção dos recursos hídricos será feita nos casos em que a manutenção da irregularidade causar prejuízo ao abastecimento público ou à saúde pública, grave dano ao meio ambiente ou grave prejuízo a terceiros.

Parágrafo único. As despesas em que incorrer a Administração Pública Estadual para tornar efetiva a intervenção deverão ser ressarcidas pelo causador do dano e serão cobradas do infrator.

Seção VI

Do Procedimento Relativo à Destinação, Destruição ou Inutilização de Bens e Animais Apreendidos

Art. 140. Após decisão que confirme o Auto de Infração, os bens e os animais apreendidos que ainda não tenham sido objeto da destinação prevista no art. 133 deste Decreto não mais retornarão ao infrator, devendo ser destinados da seguinte forma:

I - os produtos e os subprodutos da infração serão avaliados e doados a instituições científicas, hospitalares, penais, militares, públicas e outras com fins beneficentes, bem como às comunidades carentes, correndo os custos operacionais de depósito, de remoção de transporte, de beneficiamento e demais encargos legais às custas do beneficiário, ou utilizadas pela Administração Pública Estadual quando houver necessidade, conforme decisão motivada da autoridade competente;

II - os produtos e os subprodutos de que trata o inciso I deste artigo poderão ser vendidos, a critério do órgão ambiental, revertendo os recursos para a preservação ou para a melhoria da qualidade do meio ambiente, correndo os custos operacionais de depósito, de remoção de transporte, de beneficiamento e demais encargos legais a conta do beneficiário;

III - os produtos e os subprodutos da fauna não perecíveis serão destruídos ou doados a instituições científicas, culturais ou educacionais;

IV - os instrumentos, os petrechos, os equipamentos ou os veículos de qualquer natureza utilizados na prática da infração poderão ser destruídos, utilizados pela Administração Pública Estadual quando houver necessidade, doados àquelas instituições referidas no inciso I deste artigo, ou vendidos, garantida a sua descaracterização por meio da reciclagem quando o instrumento puder ser utilizado na prática de novas infrações;

V - os animais domésticos e silvestres exóticos poderão ser vendidos ou doados, desde que devidamente documentados e autorizados pela autoridade ambiental competente; e

VI - os animais da fauna silvestre nativa permanecerão em cativeiro ou poderão ser inseridos em programas de reabilitação e de soltura sempre que atenderem aos critérios estabelecidos pelo órgão ambiental.

Art. 141. Os bens apreendidos poderão ser doados pela autoridade competente para os órgãos e as entidades públicas de caráter científico, cultural, educacional, hospitalar, penal e militar, bem como para outras entidades sem fins lucrativos de caráter beneficentes.

Parágrafo único. Os produtos da fauna não perecíveis serão destruídos ou doados a instituições científicas, culturais ou educacionais.

Art. 142. Tratando-se de apreensão de substâncias ou de produtos tóxicos, perigosos ou nocivos à saúde humana ou ao meio ambiente, as medidas a serem adotadas, inclusive a destruição, serão determinadas pelo órgão competente e correrão a expensas do infrator.

Art. 143. O Termo de Doação de bens apreendidos vedará a transferência a terceiros, a qualquer título, dos animais domésticos ou silvestres exóticos, dos produtos, dos subprodutos, dos instrumentos, dos petrechos, dos equipamentos, dos veículos de qualquer natureza.

Parágrafo único. A autoridade ambiental poderá autorizar a transferência dos bens doados quando tal medida for considerada mais adequada à execução dos fins institucionais dos beneficiários.

Art. 144. Os bens sujeitos à venda serão submetidos a leilão, em conformidade com o art. 22, §5º, da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993.

Parágrafo único. Os custos operacionais de depósito, de remoção, de transporte, de beneficiamento e demais encargos legais correrão às custas do adquirente.

Seção VII

Do Atendimento Ambiental

Art. 145. A autoridade ambiental poderá, nos casos em que entender pertinente, oferecer ao autuado o Atendimento Ambiental, que será realizado após assegurado o exercício da defesa ou a impugnação do Auto de Infração.

Parágrafo único. O Atendimento Ambiental será parte integrante do procedimento administrativo de apuração das infrações, das penalidades e das medidas administrativas.

Art. 146. No Atendimento Ambiental serão analisados eventuais argumentos de defesa do autuado e consolidadas as infrações e as penalidades cabíveis, observando:

- I - as circunstâncias agravantes e atenuantes;
- II - as propostas de medidas para a recomposição dos danos ambientais; e
- III - a regularização do empreendimento ou da atividade objeto da autuação, se cabível.

§ 1º As providências decorrentes dos incisos II e III a que se refere o “caput” deste artigo serão objeto de Termo de Compromisso Ambiental a ser lavrado posteriormente, consoante condições ajustadas no Atendimento Ambiental.

§ 2º A consolidação das infrações e das penalidades ocorrerá de forma motivada, após prévia análise do Auto de Infração e dos eventuais argumentos de defesa apresentados, consistindo em decisão administrativa sobre o Auto de Infração.

§ 3º Caso seja necessária a realização de diligências para a instrução do procedimento administrativo, a decisão administrativa poderá ser proferida posteriormente.

Art. 147. No Atendimento Ambiental, o autuado poderá ser acompanhado ou representado por procurador legalmente constituído, o qual deverá apresentar o respectivo instrumento de mandato.

Art. 148. Do Atendimento Ambiental será lavrada ata, contendo:

- I - a qualificação do autuado e, quando for o caso, de seu representante legal, bem como dos agentes públicos que prestaram o atendimento, com as respectivas assinaturas;
- II - os argumentos invocados pelo autuado e a indicação dos documentos apresentados;
- III - a avaliação fundamentada dos argumentos do autuado e do Auto de Infração Ambiental;
- IV - a decisão administrativa que consolidará as sanções administrativas e eventuais medidas administrativas aplicadas de acordo com o disposto no art. 155, ou, excepcionalmente, a determinação das diligências necessárias para a apuração dos fatos;
- V - as condições do Termo de Compromisso Ambiental, consoante regramento deste Decreto;
- VI – a manifestação de concordância do autuado, se houver; e
- VII – a inexistência de concordância, a ciência do autuado da decisão administrativa e do prazo recursal, consoante disposto no art. 151.

Seção VIII

Da Defesa, Instrução, Julgamento, Recurso e Contagem de Prazos

Art. 149. O autuado poderá, no prazo estabelecido pelo órgão ambiental de no mínimo vinte dias, contados da ciência da autuação, oferecer defesa ou impugnação contra o Auto de Infração.

§ 1º Esse prazo será oportunizado ao autuado antes da data do Atendimento Ambiental, quando houver, previsto no art. 145 deste Decreto.

§ 2º No procedimento administrativo, o atuado poderá ser representado por advogado ou por procurador legalmente constituído, devendo, para tanto, anexar à defesa ou à impugnação o respectivo instrumento de mandato.

§ 3º Cabe ao atuado a prova dos fatos que tenha alegado, sem prejuízo do dever atribuído à autoridade julgadora para a instrução do processo.

Art. 150. Vencido o prazo sem que o atuado tenha oferecido defesa ou impugnação ou efetuado o pagamento da multa, o Auto de Infração e eventuais Termos Próprios de medidas administrativas serão analisados e poderão ser homologados pela autoridade julgadora ou arquivados quando inconsistentes.

Art. 151. Da decisão administrativa proferida, poderá o atuado interpor recurso apresentando as suas razões de legalidade e de mérito, no prazo ~~estabelecido pelo órgão ambiental de no mínimo~~ de vinte dias, contados a partir da ciência da decisão administrativa proferida.

Art. 152. Do julgamento do recurso interposto com fundamento no disposto no art. 151 deste Decreto poderá o atuado interpor recurso ao Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA, nos casos especiais por este disciplinados, no prazo ~~estabelecido pelo órgão ambiental de no mínimo~~ de 20 vinte dias.

Art. 153. O recurso será interposto por meio de requerimento no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo, para tanto, juntar os documentos que entender conveniente.

Art. 154. A defesa e o recurso não serão conhecidos quando interpostos:

- I - fora do prazo estabelecido;
- II - perante órgão ambiental incompetente;
- III - por quem não seja legitimado;
- IV - após manifestada concordância do atuado no Atendimento Ambiental; e
- V - após a celebração do Termo de Compromisso Ambiental ou de Termo de Parcelamento e Confissão de Dívida.

Art. 155. A decisão da autoridade julgadora, seja na fase de defesa ou recursal, não se vincula ao enquadramento e aos critérios de dosimetria utilizados pela autoridade atuante, podendo de ofício ou a requerimento do interessado:

- I - fazer o reenquadramento e a adequação da multa;
- II - minorar, manter ou majorar o valor da multa, respeitados os limites legais;
- III - revogar, manter ou adequar as demais penalidades e medidas administrativas; e
- IV - decidir pelo cancelamento do Auto de Infração e dos Termos Próprios, com o arquivamento do procedimento administrativo.

Parágrafo único. Em caso de agravamento pela autoridade julgadora das penalidades e medidas administrativas, o atuado deverá ser notificado para que se manifeste no prazo ~~mínimo~~

de 20 (vinte) dias deste agravamento, cujas razões serão analisadas pela autoridade julgadora na finalização do julgamento e consolidação da nova penalidade.

Art. 156. Os prazos começam a correr a partir do primeiro dia útil após a cientificação oficial, excluindo-se da contagem o dia da intimação e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia de feriado, dia em que não houver expediente ou esse for encerrado antes do horário normal.

§ 2º Os prazos expressos em dias contam-se do modo contínuo.

Seção IX **Do Termo de Compromisso Ambiental - TCA**

Art. 157. O Termo de Compromisso Ambiental constitui título executivo extrajudicial e poderá ser celebrado nas hipóteses de:

I - suspensão de parte do valor da multa mediante o compromisso de recuperação integral do dano de acordo com o projeto técnico aprovado pelo órgão ambiental;

II - conversão da multa em serviços de melhoria da qualidade ambiental ou de educação ambiental;

III - regularização de atividade ou de empreendimento, fixando-se condições, prazos e penalidades para o descumprimento; e

IV - estabelecer o compromisso e condições ao autuado quando forem necessárias providências para a recuperação do dano ambiental.

Parágrafo único. Independente do procedimento de cobrança administrativa da penalidade de multa, sempre que necessárias providências para a recuperação do dano ambiental, o infrator deverá celebrar o Termo de Compromisso Ambiental no prazo concedido pela autoridade ambiental, posteriormente ao trânsito em julgado da decisão final, importando a sua omissão na propositura das medidas judiciais cabíveis.

Art. 158. O Termo de Compromisso Ambiental deverá conter descrição precisa das obrigações, dos prazos e das penalidades que incidirão na hipótese de inadimplência das obrigações assumidas perante o órgão ambiental.

§ 1º A decisão sobre o pedido de suspensão ou de conversão da multa e a celebração do Termo de Compromisso é discricionária, podendo a Administração Pública, em decisão motivada, deferir ou indeferir o pedido.

§ 2º A celebração de Termo de Compromisso implicará a renúncia ao direito de recorrer administrativamente.

§ 3º A celebração do Termo de Compromisso não põe fim ao procedimento administrativo, devendo a autoridade competente fiscalizar, monitorar e avaliar se as obrigações assumidas estão sendo cumpridas nos prazos estabelecidos.

§ 4º O Termo de Compromisso terá efeitos na esfera civil e administrativa.

§ 5º O descumprimento do Termo de Compromisso implica, na esfera administrativa, a cobrança do valor integral da multa, nos termos do art. 169 deste Decreto, independente da esfera civil, que ensejará a imediata execução judicial das obrigações assumidas.

<http://www.al.rs.gov.br/legis>

Seção X

Do Procedimento de Suspensão e de Conversão da Multa Simples

Art. 159. A partir da celebração de Termo de Compromisso Ambiental até o trânsito em julgado administrativo é cabível a suspensão parcial da multa ou a sua conversão nas seguintes hipóteses, consoante os termos desta Seção:

I - suspensão, com posterior redução de até noventa por cento do valor da multa, mediante ações ~~que visem a cessar os danos e recuperar o meio ambiente; garantam a reparação integral do dano ambiental;~~

II - conversão do valor da multa simples em serviços de preservação, de melhoria e de recuperação da qualidade do meio ambiente;

III – conversão do valor da multa simples em custeio ou em execução de programas e de ações de educação ambiental destinadas à área afetada pelas infrações ambientais; e

IV - conversão da multa em serviços de recuperação, de conservação e de melhoria da qualidade ambiental nos casos de vulnerabilidade econômica.

§ 1º Excepcionalmente, quando o infrator for integrante da Administração Direta ou Indireta, e quando as ações de reparação do dano ambiental ou de melhoria e de recuperação da qualidade do meio ambiente envolverem questões de saneamento básico e de resíduos sólidos, a suspensão ou a conversão da multa nos termos do “caput” deste artigo poderá ocorrer até a inscrição em dívida ativa.

§ 2º A critério da autoridade administrativa, a mesma multa poderá ser objeto de suspensão e de redução de seu valor prevista no inciso I deste artigo e, da parcela do valor não suspensa e reduzida, poderá ser objeto da conversão de que tratam os incisos II e III.

Subseção I

Da Suspensão de Parte do Valor da Multa por Compromisso de Recuperação Integral do Dano Ambiental

Art. 160. Os valores das multas aplicadas poderão ser parcialmente suspensos mediante a celebração de Termo de Compromisso, por intermédio do qual deverá o autuado adotar medidas específicas para fazer cessar e corrigir integralmente o dano ao meio ambiente decorrente da infração.

§ 1º A conversão de multa destinada à reparação dos danos ou à recuperação das áreas degradadas, prevista no “caput” deste artigo, deverá ser formalizada por requerimento do autuado, o qual deverá ser instruído com apresentação de pré-projeto que acompanhe o requerimento.

§ 2º Para a concessão do benefício, deve ser garantida a reparação integral do dano conforme o Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD, o projeto técnico ou outro equivalente, considerando o conhecimento científico existente, não importando o valor a ser dispendido pelo autuado para tanto, se superior ou inferior ao valor da redução da multa.

Art. 161. A proporção da multa a ser suspensa dependerá dos seguintes critérios, a serem comprovados pelo infrator no momento da apresentação do requerimento de benefício da suspensão:

I – capacidade econômica para o infrator pessoa física que será considerada pela renda familiar monetária bruta anual em Pisos Salariais Regionais definidos pela Lei nº [14.653](#), de 19 de dezembro de 2014, considerado o menor desses e as futuras alterações:

- a) cinquenta por cento de redução: até doze pisos;
- b) quarenta por cento de redução: de doze até vinte e quatro pisos;
- c) trinta por cento de redução: de vinte e quatro até trinta e seis pisos; e
- d) vinte por cento de redução: a partir de trinta e seis pisos.

II – capacidade econômica para as pessoas jurídicas de direito privado que será classificada pela receita bruta no ano calendário anterior:

- a) cinquenta por cento de redução: microempresa, igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);
- b) quarenta por cento de redução: empresa de pequeno porte, superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais);
- c) trinta por cento de redução: empresa de médio porte, superior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) e igual ou inferior a R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais); e
- d) vinte por cento de redução: empresa de grande porte, superior a R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais).

III – pessoas jurídicas de direito público: cinquenta por cento de redução.

Parágrafo único. É ônus do infrator a comprovação do seu enquadramento nos incisos e nas alíneas anteriores e, na insuficiência, será utilizado o menor percentual.

Art. 162. Aos percentuais referidos no art. 161 deste Decreto, somam-se um dos percentuais de cada inciso, conforme critérios que seguem:

I – reincidência:

- a) vinte por cento de redução: para os infratores não reincidentes; e
- b) infrator reincidente específico ou genérico não haverá redução por esse critério.

II – ocasião da proposta do autuado de celebração do Termo de Compromisso Ambiental:

- a) vinte por cento de redução: entre a lavratura do Auto de Infração até o primeiro julgamento pela autoridade administrativa;
- b) dez por cento de redução: após o primeiro julgamento e até o segundo julgamento pela autoridade administrativa; ou
- c) após o segundo julgamento e até o trânsito em julgado administrativo não haverá redução por esse critério.

Art. 163. Ao infrator beneficiado com a suspensão da exigibilidade de parte da multa será concedido definitivamente o benefício da redução do valor mediante o integral cumprimento das obrigações estabelecidas.

§ 1º O montante não suspenso da multa ambiental deverá ser recolhido até a celebração do Termo de Compromisso Ambiental.

§ 2º Na hipótese do descumprimento total ou parcial das obrigações constantes do Termo de Compromisso Ambiental, o valor integral da multa será restabelecido, atualizado monetariamente, prosseguindo-se à cobrança administrativa, sem prejuízo da execução judicial das obrigações e das demais penalidades previstas no Termo de Compromisso Ambiental, bem como inscrição de débito em Dívida Ativa.

Subseção II

Da Conversão do Valor da Multa em Prestação de Serviços de Preservação, Melhoria e Recuperação da Qualidade do Meio Ambiente

Art. 164. A critério da autoridade competente, poderá ser concedido o benefício da conversão da multa simples em prestação de serviços de preservação, de melhoria e de recuperação da qualidade do meio ambiente, não podendo, nesse caso, ser utilizado diretamente para a recuperação do dano ambiental da própria infração, caso em que incide a previsão do disposto nos arts. 160 a 163 deste Decreto.

§ 1º São considerados serviços de preservação, de melhoria e de recuperação da qualidade do meio ambiente:

I - custeio ou realização de ações de recuperação de áreas degradadas ou contaminadas, públicas, privadas ou de propriedade desconhecida, não relacionadas diretamente com o dano decorrente da infração ambiental;

II - custeio ou execução de programas e de projetos, incluindo bens e serviços, que auxiliem o órgão ambiental no controle, na preservação, na melhoria da qualidade e na fiscalização ambiental;

III - manutenção de espaços públicos, incluindo bens e serviços, que tenham como objetivo a preservação do meio ambiente;

IV - custeio ou realização de ações e de programas, incluindo bens e serviços, para a regularização e implementação de unidades de conservação;

V - regularização de empreendimentos ou de atividades relacionadas com saneamento e resíduos sólidos, quando o infrator for pessoa jurídica de direito público;

VI - doação de insumos para a manutenção de Mantenedores de Fauna Silvestre conveniados com o Poder Público e que recebam animais apreendidos; e

VII - outras ações e atividades similares.

§ 2º O órgão ambiental estabelecerá o planejamento, com ações, projetos e prioridades, para a conversão a que se refere o “caput” deste artigo.

§ 3º O valor da multa simples convertida deverá guardar proporcionalidade com os valores dos serviços, das ações, dos programas ou dos projetos realizados ou custeados.

Subseção III

Da Conversão do Valor da Multa em Custeio ou Execução de Programas e Ações de Educação Ambiental

Art. 165. A critério da autoridade competente, e somente para os infratores não reincidentes, poderão ser convertidas as penalidades de multa simples em custeio ou em execução de programas e de ações de educação ambiental.

§ 1º Os programas e as ações de educação ambiental deverão guardar conformidade com a Política Estadual de Educação Ambiental e poderão ser supervisionados pelas Secretarias de Estado do Ambiente ou da Educação, conforme diretrizes do órgão gestor da Política Estadual de Educação Ambiental.

§ 2º O valor da multa convertida deverá guardar proporcionalidade com os serviços e as ações realizadas.

Subseção IV

Da Conversão da Multa nos Casos de Vulnerabilidade Econômica

Art. 166. É considerado vulnerável economicamente o infrator que apresentar pelo menos duas das seguintes condições:

I - possuir ou ocupar empreendimento ou estabelecimento rural afetado pela infração com área total inferior a quatro módulos rurais definidos pela legislação em vigor;

II - possuir renda familiar monetária bruta anual inferior a doze vezes o menor Piso Salarial definido pela Lei nº [14.653](#), de 19 de dezembro de 2014, e futuras alterações, excluídos os benefícios recebidos do Sistema Público de Seguridade Social;

III - obter a sua renda familiar predominantemente da atividade econômica relacionada à infração;

IV - destinar a sua produção vinculada à infração predominantemente para a subsistência do núcleo familiar;

V - utilizar, na atividade vinculada à infração, exclusivamente o trabalho do próprio núcleo familiar empreendedor, sem emprego de trabalhadores assalariados, mesmo que eventuais ou informais;

VI - compuser núcleo familiar formado majoritariamente por menores de dezesseis anos, mulheres maiores de cinquenta e cinco anos e homens maiores de sessenta anos;

VII - compuser núcleo familiar formado por pessoas portadoras de necessidades especiais;

VIII - possuir bens móveis e imóveis no valor total inferior a dez vezes o valor da multa;

IX - não utilizar, individualmente ou em grupo, recursos ao amparo do crédito rural oficial; e

X - não ter acesso regular, individualmente ou em grupo, aos serviços públicos de

saúde, de educação, de saneamento, de eletrificação, de assistência técnica e de extensão rural.

Parágrafo único. Não será enquadrado no “caput” deste artigo o infrator cuja infração ambiental não tenha vínculo com a produção predominantemente destinada para a subsistência do núcleo familiar.

Art. 167. Incidirá, preferencialmente, a aplicação da conversão da multa em serviços de recuperação, de conservação e de melhoria da qualidade ambiental aos infratores que comprovarem, até o trânsito em julgado, a vulnerabilidade econômica.

§ 1º Será considerada substituída ou convertida a multa quando realizados serviços pelo infrator para a recuperação dos danos ambientais decorrentes do Auto de Infração, desde que seja comprovada a recuperação dos danos ambientais de forma integral até o trânsito em julgado do procedimento administrativo, sendo determinado o arquivamento do Auto de Infração.

§ 2º A autoridade julgadora, ao decidir sobre a adequação da multa e de seu valor, poderá aplicar a conversão da multa em serviços de recuperação, de conservação e de melhoria da qualidade ambiental, devendo o infrator, no prazo de vinte dias da data da ciência da decisão, comparecer junto ao órgão ambiental para celebrar o Termo de Compromisso Ambiental simplificado onde constará detalhamento das obrigações e dos prazos a serem observados.

§ 3º Quando inexistir dano ambiental a ser recuperado ou nos casos em que for possível a recuperação da área degradada com a simples regeneração natural, os serviços poderão consistir no plantio de mudas, na realização de atividades de limpeza e de conservação, na realização de atividades de educação ambiental, entre outros serviços que acarretem a recuperação, a conservação e a melhoria da qualidade ambiental.

§ 4º Não celebrado o Termo de Compromisso Ambiental no prazo de vinte dias ou descumpridas as obrigações e os prazos nele estipulados, a penalidade de multa será automaticamente restabelecida, procedendo-se à cobrança administrativa e a execução judicial das obrigações de recuperação do dano ambiental.

§ 5º Nos casos de vulnerabilidade econômica, para a conversão da penalidade de multa em serviços, não é necessária a equivalência do valor da multa com o valor dos serviços prestados, mas a garantia da recuperação integral do dano ambiental.

Seção XI

Do Parcelamento da Penalidade de Multa

Art. 168. No prazo de defesa ou no ato do Atendimento Ambiental, a critério da autoridade ambiental, o débito poderá ser parcelado em até vinte e quatro parcelas mensais, mediante assinatura de Termo de Parcelamento e Confissão de Dívida.

§ 1º As parcelas serão atualizadas monetariamente pela mesma variação da Unidade de Padrão Fiscal – UPF/RS.

§ 2º A falta de pagamento de duas parcelas, consecutivas ou não, implicará no vencimento antecipado das demais parcelas, devendo ser iniciado o procedimento de cobrança administrativa.

§ 3º O parcelamento da multa não exime o autuado da recomposição do dano

ambiental, quando necessário, o que deverá ser objeto de Termo de Compromisso.

Seção XII **Da Cobrança Administrativa da Penalidade de Multa**

Art. 169. Homologado o Auto de Infração, esgotados os prazos recursais, ocorrido o vencimento antecipado do parcelamento ou descumprido o Termo de Compromisso Ambiental, o autuado será notificado para, no prazo de cinco dias, efetuar o pagamento da multa.

§ 1º O não recolhimento do valor da multa, na forma e nos prazos especificados, implicará inscrição do respectivo débito na dívida ativa e a sua posterior cobrança judicial, sem prejuízo da correspondente inclusão no Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN/RS, bem como em Cadastros de Proteção ao Crédito.

§ 2º O valor da multa será atualizado monetariamente, desde a lavratura do Auto de Infração até seu pagamento, pela mesma variação da Unidade de Padrão Fiscal – UPF/RS e, após a constituição em mora com a notificação de que trata o “caput”, incidirá a correção monetária e os juros aplicáveis aos créditos tributários do Estado do Rio Grande do Sul.

CAPÍTULO III **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 170. A Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMA, poderá expedir normativas e regramentos complementares a serem observados pelos demais órgãos do Sistema Estadual de Proteção Ambiental – SISEPRA, para garantir uniformidade do procedimento administrativo ambiental para a apuração das infrações e das sanções administrativas aplicáveis.

Art. 171. Este Decreto entra em vigor no prazo de noventa dias da data de sua publicação.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 26 de setembro de 2016.

FIM DO DOCUMENTO

CÂMARA TÉCNICA PERMANENTE DE ASSUNTOS JURÍDICOS

CALENDÁRIO DE REUNIÕES / 2019

Quarta (4º) Quarta-feira de cada mês

Horário: 9h30

23/01

27/02

27/03

24/04

22/05

26/06

24/07

28/08

25/09

23/10

27/11

***18/12**

*(Terceira (3ª) Quarta-Feira do mês, devido ao Natal)

**CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE – CONSEMA
CÂMARA TÉCNICA PERMANENTE DE ASSUNTOS JURÍDICOS**

Processo Administrativo: 10058-0500/16-7

GRACIOSA PARIZZI GAMBIN

Infração ambiental lavrada em decorrência de supressão de vegetação nativa Julgamento de primeira e segunda instâncias que analisaram o mérito dos fatos e o valor da multa. Recurso ao CONSEMA solicitando ilegitimidade passiva e exclusão da multa. Não conhecimento do recurso consoante Resolução CONSEMA 350/2017.

RELATÓRIO

Trata-se de Auto de Infração n.º 6381, lavrado por Servidora da Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA/RS), em razão de supressão e danificação de vegetação nativa em estágio médio de regeneração. A área atingida foi de 0,4 ha e a multa cominada foi de R\$ 7.000,00 (sete mil reais). O referido AI foi assentado no art. 49, parágrafo único do Decreto Federal 6.514/08 de folha 02, no Laudo Técnico de folha 05 e Relatório Fotográfico de folhas 06 e 07. As atividades na área de constatação da infração ambiental foram suspensas consoante Termo de Interdição/Embargo/Suspensão n.º 0041 de folhas 04.

A atuada apresentou defesa ao Auto de Infração às folhas 13 a 19.

A Junta de Julgamento de Infrações Ambientais, por sua 3ª Câmara de Julgamento, nas folhas 23 a 24, decidiu, por unanimidade, pela manutenção do Auto de infração e aplicação da multa de R\$ 7.000,00 (sete mil reais). Da mesma forma, manteve o Termo de Suspensão n.º 0041 com suas condicionantes.

Notificada do julgamento do Auto de Infração, a atuada não ingressou com Recurso.

A Junta Superior de Julgamento de Recursos manteve a decisão exarada pela Junta de Julgamentos, bem como a suspensão das atividades consoante o Termo de Suspensão. Ainda, trazendo a possibilidade de formalização de TCA para recuperação da área, conforme folhas 28 a 29.

A atuada apresentou Recurso ao CONSEMA, folhas 32 a 38, solicitando preliminarmente a ilegitimidade passiva e no mérito a improcedência do procedimento administrativo.

A Junta Superior de Julgamento e Recursos entendeu pela admissão do Recurso nos termos da Resolução 350/2017 do CONSEMA.

Eis o breve relatório

FUNDAMENTAÇÃO

Em que pese a Junta Superior de Julgamento de Recursos entender pela admissibilidade do recurso ao CONSEMA, entendo não ser cabível na hipótese dos autos. Nesse sentido, a autuada não interpôs recurso da decisão da Junta de Julgamentos, mesmo tendo sido notificada (folhas 25 e 26), ou seja, operando-se coisa julgada, além da ausência de comprovação dos requisitos de admissibilidade.

Assim, o referido Recurso não demonstra cumprir os requisitos de admissibilidade, os quais estão expressamente dispostos no art. 1º. da Resolução CONSEMA n. 350/2017:

“Resolução CONSEMA 350/2017

Art. 1º- Caberá recurso, em última instância, ao Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, no prazo concedido pela autoridade ambiental de no mínimo vinte dias, contra decisão proferida pela autoridade máxima do órgão ambiental, relativa a recurso de auto de infração, que:

I – tenha omitido ponto argüido na defesa;

II – tenha conferido à legislação vigente interpretação diversa daquela sustentada pelo CONSEMA; ou

III – apresente orientação diversa daquela manifestada em julgamento realizado pelo órgão ambiental em caso semelhante.”

Diante disso, não há possibilidade de conhecimento do recurso em razão de já haver operado a coisa julgada e não haver, nas razões recursais, a comprovação do cumprimento dos requisitos do art. 1º da Resolução CONSEMA 350/2017, ficando prejudicada qualquer análise meritória.

DISPOSITIVO

Em face ao exposto, o parecer é pelo não conhecimento do recurso ao CONSEMA.

Porto Alegre, 21 de novembro de 2018.

Cássio Alberto Arend

Comitês de Bacia Hidrográfica

À Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos do Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONSEMA

Recurso de Agravo ao CONSEMA
Processo Administrativo nº 003581-05.67/12-4
Auto de Infração nº 214/2012
Empreendedor: SULINA COMÉRCIO DE ÓLEOS LTDA

Auto de Infração lavrado em decorrência de lançamento de substância no esgoto pluvial. Artigo 66 do Decreto Federal 6.514/2008. Defesa administrativa não apreciada. Retorno do processo à primeira instância, para novo julgamento.

Relatório

A SULINA COMÉRCIO DE ÓLEOS LTDA foi atuada em decorrência de “lançamento de substância no esgoto pluvial, auferindo à mesma coloração escura com sobrenadante espumante, e vindo a causar contaminação do corpo receptor hídrico, com a presença de flotado amarelo, característico das substâncias processadas no empreendimento, descumprimento o item 2.1.3”. Conforme consta no Auto de Infração, foram infringidos os seguintes dispositivos legais: art. 99 da Lei Estadual 11.520/2000, combinado com o art. 2º da Resolução CONAMA 237/1997, art. 17 do Decreto Federal 99.274/1990 e art. 66 do Decreto Federal 6.514/2008. Foi imposta a penalidade de multa no valor de R\$ 29.274,00 (vinte nove mil, duzentos e setenta e quatro reais) e de advertência, para que no prazo máximo de 30 dias apresentasse Relatório Técnico, informando a origem da contaminação do pluvial e uma planta de recebimento, processamento da matéria prima, tratamento de efluentes e rede pluvial, contendo todas as tubulações e válvulas do processo e do efluente, comprovando a não interligação com a rede pluvial, acompanhados do ART do responsável técnico e, em um prazo máximo de 60 dias, apresentasse uma Auditoria Ambiental, realizada por profissional cadastrado na FEPAM, contemplando toda a operação da empresa, desde o recebimento da matéria prima, processamento, tratamento dos efluentes líquidos, com a avaliação da capacidade do sistema implantado e de sua eficiência, drenagens pluviais, com a verificação de possíveis pontos de contaminação e de lançamentos irregulares, sob pena de multa simples, no valor de R\$ 58.548,00 (cinquenta e oito mil, quinhentos e quarenta e oito reais).

De acordo com a ordem cronológica do processo, a atuada teve ciência do Auto de Infração, em 01.03.2012, fazendo juntada de documentos em 26.06.2012. Sobreveio aos autos a decisão administrativa nº 119/2013, que julgou procedente o Auto de Infração, mantendo a penalidade de multa de R\$ 29.274,00 (vinte nove mil, duzentos e setenta e quatro reais), e considerando não incidente a multa de R\$ 58.548,00 (cinquenta e oito mil, quinhentos e quarenta e oito reais), em face do cumprimento da advertência imposta. Na referida decisão consta que a atuada não apresentou defesa.

Notificada da decisão, em 08.03.2013, a atuada apresentou recurso, em 19.03.2013, onde requer a insubsistência da Decisão Administrativa nº 119/2013 e a nulidade do Auto de Infração, juntando cópia da defesa protocolada na FEPAM em 20.03.2012.

A decisão administrativa nº 123/2014 julgou improcedente o recurso, mantendo a decisão administrativa nº 119/2013 e a penalidade de multa no valor de R\$ 29.274,00 (vinte nove mil, duzentos e setenta e quatro reais).

A atuada interpôs recurso ao CONSEMA, que não foi admitido, com o fundamento de que as razões apresentadas não se enquadram nas disposições da Resolução CONSEMA 028/2002. Contra essa decisão, foi interposto o presente Agravo, de forma tempestiva, já sob a égide da Resolução CONSEMA 350/2017.

Fundamentação

Analisando os autos do processo, verifica-se que a decisão administrativa de primeira instância não considerou a defesa apresentada pela atuada, devido a esta não ter sido juntada ao processo.

Nas razões do recurso, a empresa atuada afirma ter apresentado defesa, o que ficou demonstrado através da juntada de cópia autenticada da mesma, com a comprovação do protocolo, e requer a insubsistência da decisão administrativa, bem como a nulidade do Auto de Infração. Entretanto, a decisão administrativa de segunda instância apenas elenca, na parte do relatório, os pedidos da defesa, não fazendo análise dos mesmos e tampouco faz referência ao pedido de insubsistência da decisão administrativa de primeira instância, em razão de não ter sido apreciada a defesa.

No recurso interposto ao CONSEMA, a atuada ressalta novamente a apresentação da defesa, reiterando pedidos feitos na mesma. Porém, no relatório da decisão administrativa, que não admitiu o recurso, consta que não houve apresentação de defesa, pois a mesma faz menção a Auto de Infração diverso, conforme destaque abaixo:

“De fato, o empreendedor juntou defesa na data de 20 de março de 2012 só que a defesa se refere ao Auto de Infração nº 744/2012, fl. 93, e o auto em questão é o de nº 214/2012, portanto não foi apresentada defesa ao auto de infração nº 214/2012”.

Realmente, na defesa apresentada, o número do Auto de Infração consta de forma equivocada. Todavia, o número do processo administrativo, referido na primeira folha e antes do número do Auto de Infração, o nome e os dados da empresa atuada estão corretos. Cabe ressaltar que no teor da defesa o número do Auto de Infração também está correto.

Em razão de erro material, a defesa não foi juntada aos autos, equívoco que poderia ter sido sanado pelo ente atuante, já que demonstrada a apresentação da defesa pela atuada na fase recursal. Assim, não restam dúvidas de que a defesa não foi apreciada, não sendo observados, portanto, os princípios constitucionais do devido processo legal, contraditório e ampla defesa.

Ademais, embora a empresa autuada não tenha feito o enquadramento das hipóteses de cabimento do Recurso ao CONSEMA, de acordo com a Resolução CONSEMA 028/2002, vigente à época da interposição do mesmo, de forma clara, a mesma ressalta que a decisão administrativa não considerou a apresentação da defesa, reapresentada junto com o recurso, através de cópia que comprova o seu protocolo.

Dispositivo

Portanto, o parecer é pelo conhecimento e provimento do recurso ao CONSEMA, com fundamento nos artigos 1º, inc. I e 5º da Resolução CONSEMA 350/2017, a fim de que o processo retorne à primeira instância, para que seja proferido novo julgamento.

Porto Alegre, 28 de novembro de 2018.

Marion Luiza Heinrich
OAB/RS 61.931
Representante da FAMURS na CTPAJ do CONSEMA



Ministério Público do Rio Grande do Sul
Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente

Encomendar para
debate no CTP GCEM
51 Res 372/2018

ATA DE REUNIÃO

Aos doze dias do mês de setembro de 2018, às 10 horas, na sala de reuniões dos CAOs do 10º andar, Torre Norte, Sede Institucional do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, nesta Capital, presentes o Promotor de Justiça e Coordenador do CAOMA, Dr. Daniel Martini; os Promotores de Justiça, Dra. Anelise Grehs, Dr. Felipe Teixeira Neto e Dr. Francisco Saldanha Lauenstein, a Secretária Adjunta da SEMA e Presidente do CONSEMA, Dra. Maria Patrícia Mollmann, e os Assessores Jurídicos do MPRS, Sra. Laura Blum Lorenz, Sra. Fernanda Machado e Sr. Diogo Petter Nesello, a reunião foi aberta pelo Dr. Daniel Martini, que expôs a motivação do encontro, qual seja, o licenciamento ambiental pelos Conselhos de Meio Ambiente dos Municípios de atividades consideradas como “não incidentes” pelo art. 4º, § 1º, da Resolução CONSEMA n.º 372/2018. A Dra. Maria Patrícia informou que a elaboração da referida Resolução tramitou durante dois anos e meio no CONSEMA, que inovou ao acrescentar as tipologias de competência da FEPAM e unificar todas as atividades licenciáveis no âmbito estadual e municipal em um único documento. Referiu que todas as discussões acerca do tema ocorrem na câmara técnica do CONSEMA, sendo que a resolução está sempre em mutação e o CONSEMA aberto a discussões. O Dr. Daniel Martini manifestou que o MPRS se preocupa com o fato de a CONSEMA n.º 372/2018 apresenta aparentemente um rol taxativo de atividades licenciáveis, considerando que podem surgir novas atividades sujeitas ao licenciamento ambiental e que não estarão cobertas pela Resolução. Outra situação diz respeito à possibilidade de os Conselhos Municipais exigirem o licenciamento, bem como da retirada de algumas atividades relevantes da Resolução. Referiu, exemplificativamente, as atividades de restaurante, hotel, casa noturna, templo religioso, entre outras, que, hoje, não podem sequer ser licenciadas no âmbito municipal. Questionou se o licenciamento urbanístico seria suficiente para abordar as questões ambientais e se eventual plano de gerenciamento de resíduos sólidos será analisado fora de um processo de licenciamento ambiental. Outra preocupação se refere ao desencontro de informações relativo à necessidade de as decisões de Conselhos Municipais ou normas específicas de licenciar atividades não incidentes (art. 4º, § 1º) passarem pelo CONSEMA para uma espécie de homologação. O Dr. Francisco Lauenstein referiu a experiência de Dom Pedrito, onde CABM e Município receberam a informação de que eventuais atividades que o Município pretende licenciar devem ser tecnicamente justificadas e devem passar por homologação do CONSEMA. Referiu que tal informação está disseminada no interior do Estado. Por fim, manifestou sua



Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente
Avenida Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, Torre Norte, 10º andar
Praia de Belas, Porto Alegre/RS
Fone: 51 3295-1179 Fax: 3295-1160, caoma@mp.rs.gov.br



preocupação quanto à isenção de licenciamento ambiental para atividade de irrigação por aspersão, que em seu entendimento, na maioria dos casos trará dano a APPs. O Dr. Daniel Martini ainda manifestou-se no tocante à especialidade da Lei da Mata Atlântica com relação ao Novo Código Florestal, referindo que as resoluções do CONSEMA não fazem diferenciação dos Biomas Mata Atlântica e Pampa quanto às hipóteses de supressão em APP. A Dra. Maria Patrícia referiu o art. 10 da Resolução CONSEMA que possibilita a alteração dos Anexos da resolução a qualquer momento, inclusive a criação de atividades novas, e que isto tem uma tramitação ágil dentro do CONSEMA. Quanto ao licenciamento de atividades não incidentes, informou que o CONSEMA, após análises de casos específicos, passou a orientar, juntamente com a FAMURS, os Conselhos Municipais para que analisem suas peculiaridades locais antes de publicar suas resoluções. Referiu que aquilo que é não incidente, após análise das peculiaridades locais, o Município pode/deve por resolução de seu Conselho Municipal licenciar eventual atividade não incidente. Afirmou que não é necessária a homologação por parte do CONSEMA, não sendo necessário, da mesma forma, estudo técnico aprofundado, e que o envio da resolução à SEMA (e não ao CONSEMA) tem por finalidade tão somente dar publicidade à resolução municipal, não tendo nenhum efeito quanto à vigência, validade e eficácia da norma específica. O Dr. Francisco Lauenstein referiu que seria importante eventual previsão para que, em alguns casos, o Conselho Municipal possa solicitar o auxílio da FEPAM em algumas questões, como ocorre na vigilância sanitária, por exemplo. Dr. Daniel Martini referiu que seria interessante à previsão de atuação conjunta, espécie de atuação subsidiária, com previsão de procedimento simplificado para fins de solicitação. A Dra. Maria Patrícia se comprometeu a levar a proposta à Secretária Estadual de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da FEPAM para análise.

Encerrados os debates e esclarecimentos, restou encaminhado que:

- 1 - Os Promotores de Justiça sugeriram à Secretária Adjunta e Presidente do CONSEMA, Dra. Maria Patrícia Mollmann, os seguintes pontos:
 - a) Proposta de previsão de atuação conjunta (possível atuação subsidiária – art. 16 da LC 140/2011) para auxílio aos Municípios por parte da FEPAM, com previsão de procedimento



- simplificado e por simples adesão dos Municípios;
- b) Considerando que o CONSEMA entende o Anexo I da Resolução 372/2018 e suas atualizações como rol taxativo, não obstante a previsão do seu art. 10, sugere-se a criação de um procedimento junto ao órgão licenciador para licenciamento daquelas atividades passíveis de licenciamento ambiental que se enquadrem no art. 10 da Lei 6.938/1981, mas que estejam fora do Anexo I da Resolução 372/2018, para que o CONSEMA defina possível licenciamento e respectivo CODRAM;
 - c) Que seja levado à discussão no CONSEMA a possibilidade anteriormente prevista na Resolução 288/2014 de os Municípios terem maior liberdade para definir outras hipóteses de licenciamento ambiental de atividades de impacto local fora do rol do Anexo I da Resolução 372/2018;
 - d) Que o CONSEMA discuta para, de algum modo, tornar claro, seja em resolução, seja nos convênios de delegação de competência, a inclusão, tendo em conta o princípio da especialidade, das hipóteses de autorização de supressão nos casos de utilidade pública e interesse social previstas na Lei da Mata Atlântica, e não na Lei n.º 12.651/2012;
 - e) Que sejam revistas as hipóteses de isenção de licenciamento trazidas com a Resolução 379/2018, em especial, aquelas com CODRAM 111,43, 5110,00, 5120,00, 5130,00, 9110,00, atividades que são corriqueiras na atuação do MPRS, sendo que a isenção de licenciamento tem tornado mais difícil o controle das questões ambientais relativas a estas atividades;
 - f) Considerando que algumas atividades potencialmente poluidoras devem ser tratadas no âmbito do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, segundo a Resolução 379/2018, cuja aprovação, hoje, não é feita pelo órgão ambiental fora do licenciamento ambiental, que seja criada forma de análise e aprovação de tais planos.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Jh', 'L', and a large stylized signature.



Ministério Público do Rio Grande do Sul
Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente

2 - Por outro lado, a Dra. Maria Patricia Mollmann, no que tange ao Anexo III da Resolução 372/2018, incluído pela Resolução 379/2018, sugere que o MPRS atue para fortalecimento dos demais instrumentos, em especial a fiscalização e os instrumentos urbanísticos.

Nada mais havendo, deu-se por encerrada a reunião, da qual eu, Diogo Petter Nesello, lavrei a presente ata.



Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: Resolução CONSEMA 372/2018 e suas alterações.

Local: Ministério Público - Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, n.º 80, 10º andar, Torre Norte.
12 de setembro de 2018 – 10h

Nome	Entidade/Telefone/E-mail	Assinatura
Dr. Daniel Martini, Promotor de Justiça	Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente caoma@mprs.mp.br – 3295-1179	
Dra. Anelise Grehs, Promotora de Justiça	Promotoria de Justiça Especializada de Viamão piespecializadaviamao@mprs.mp.br 3485-3583	
Dr. Francisco Saldanha Lauenstein, Promotor de Justiça	Promotoria de Justiça de Dom Pedrito mpdompedrito@mprs.mp.br 53 3243-3217	
Dr. Felipe Teixeira Neto, Promotor de Justiça	Promotoria de Justiça Regional da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos regionalsinos@mprs.mp.br 3472-6866	
Dra. Maria Patrícia Mollmann	Secretária Adjunta da SEMA e Presidente do CONSEMA gabinete@sema.rs.gov.br 3288-8130	

